



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO ESPORTE**

Página 1 de 1

Ofício Externo nº 127 / 2016 - PRODE

Aracaju, 9 de Junho de 2016.

A Sua Senhoria a Senhora,  
**Juliana Bettini**  
Chefe de Equipe  
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Assunto: **Relatório de Auditoria Independente.**

Prezada Juliana,

Com nossos sinceros cumprimentos, venho por meio deste expediente encaminhar através de meio físico o “Relatório de Auditoria Independente”, referente ao exercício financeiro 2015, com vistas ao exercício financeiro 2014, conforme aplicação dos recursos oriundos do Contrato de Empréstimo 2984-OC/BR, que tem por objeto o desenvolvimento do turismo em Sergipe – PRODETUR.

Ademais informamos que os arquivos em meio virtual foram encaminhados ao BID no dia 29 de abril de 2016, conforme ofício nº 96/2016 -PRODE que segue também em anexo.

Por fim, agradecemos a sua valorosa contribuição, e nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento acerca do assunto.

Atenciosamente,

**CRISTIANA FERNANDES SANTOS**  
Coordenadora Geral da UCP-Prodetur/SE



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO ESPORTE**

Página 1 de 1

Ofício Externo nº 96 / 2016 - PRODE

Aracaju, 29 de Abril de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor,  
**JOHN HORTON**  
Chefe de Equipe  
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Assunto: **Relatório de Auditoria do Independente.**

Prezado Jonh,

Com nossos sinceros cumprimentos, venho por meio deste expediente para encaminhar o Relatório de Auditoria do Independente, referente ao exercício financeiro 2015, com vistas ao exercício financeiro 2014, conforme aplicação dos recursos oriundos do contrato de empréstimo 2984-OC/BR, que tem como objeto o desenvolvimento do turismo em Sergipe – PRODETUR.

Ademais informamos que os arquivos em meio físico serão enviados imediatamente, assim que o TCE protocolar a referida documentação nesta secretaria.

Por fim, agradecemos a sua valorosa contribuição, ao tempo que solicitamos o aceite dos referidos arquivos e aguardamos o envio do documento de cumprimento desta cláusula contratual.

Atenciosamente,

**CRISTIANA FERNANDES SANTOS**  
Coordenadora Geral da UCP-Prodetur/SE



**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**



**RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA**

**PERÍODO – 2014- 2015**

**Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe  
(Programa Prodetur Nacional/SE)**

**Contrato de Empréstimo nº 2984/OC-BR (BR-L1256)**

**AUDITOR EXTERNO: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE)**

# **Tribunal de Contas do Estado de Sergipe**

Clóvis Barbosa de Melo  
**Presidente**

Susana Maria Fontes Azevedo Freitas  
**Vice-presidente**

Luiz Augusto Carvalho Ribeiro  
**Corregedor-geral**

Carlos Alberto Sobral de Souza  
**Conselheiro**

Carlos Pinna de Assis  
**Conselheiro**

Ulices de Andrade Filho  
**Conselheiro**

Maria Angélica Guimarães Marinho  
**Conselheiro**

*Assinatura*

Equipe de Auditoria Externa - TCE /SE

CASSIO ANDRADE DANTAS  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / DCEOS

ANSELMO COSTA SANTOS  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / DCEOS

OSMAN VIEIRA DE OLIVEIRA  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / 4ª CCI

GIDEL MATOS BRAZ  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / 3ª CCI

FERNANDO MONTEIRO MARCELINO  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / DCEOS

KATIA MARIA ANDRADE DE SOUZA  
ASSESSORA / 2ª CCI

Aracaju / 29 de Abril de 2016

*Ass.:*

## INDICE

CAPITULO I – SUMÁRIO EXECUTIVO .....	05
CAPITULO II - RELATORIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
CAPITULO III - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	30
CAPITULO IV - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTÁBIL E FINANCEIRAS.....	42
CONCLUSÃO E PARECER FINAL DOS AUDITORES .....	51
ANEXO I – RELATORIO FOTOGRÁFICO .....	52

*Quer:*

## CAPITULO I - SUMÁRIO EXECUTIVO

### 1. INTRODUÇÃO

Em razão de Deliberação Do Pleno Desta Corte, de 25 de Fevereiro de 2016 foram iniciados os trabalhos de auditoria, cujo objeto consiste em auditar a aplicação dos recursos referentes ao **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe - (Programa Prodetur Nacional/SE)** financiado pelo BID, com contrapartida do Estado de Sergipe, relativo aos exercícios financeiros de 2014 e 2015.

Esta auditoria também esta anparada pelo termo de convênio de nº 01/2016 celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) e a Secretaria do Estado do Turismo e do Esporte (SETESP), para realização de auditorias relacionadas aos padrões exigidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os trabalhos desenvolvidos referem-se à Auditoria Independente prevista no Contrato de Empréstimo nº 2984/OC-BR e foram realizados no período de 15 a 29 de Abril de 2016.

### 2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA / O PROJETO

**Título do programa : Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe - (Programa Prodetur Nacional/SE)**

#### 2.1 . Objetivo

O objetivo geral do Projeto é contribuir para o aumento da renda e do emprego formal no Estado de Sergipe, por meio da promoção da atividade turística. O objetivo específico é aumentar o gasto turístico nos *Polos Costa do Coqueais e Velho Chico*, através de investimentos destinados a segmentos do turismo de sol e praia, ecoturismo e turismo cultural.

#### 2.2 Descrição

O Projeto está estruturado em 5 (cinco) componentes descritos a seguir:

##### Componente I: - Estratégia de Produto Turístico Socialmente Inclusivo

Este componente está dirigido a aumentar a oferta de produtos turísticos e seu sucesso será medido através do aumento da permanência do turista de lazer que se hospeda na rede hoteleira. O componente inclui investimentos em: (i) análise da cadeia de valor turística voltada para a inclusão social; (ii) diagnóstico e plano de ação para aumentar a formalidade no setor; (iii) assistência técnica e treinamento a empresas e recursos humanos para impulsionar a qualidade dos serviços, a gestão ambiental e a responsabilidade social; (iv) sinalização e interpretação turística; (v) recuperação de mercados tradicionais e promoção do artesanato de qualidade dirigido à demanda

turística; (vi) desenvolvimento de circuitos histórico-culturais, modernização de museus, e a construção do centro de interpretação do Cangaço; (vii) adequação turística e ambiental das praias da Área Protegida (AP) Litoral Sul (estacionamentos, delimitação, trilhas, ciclovias, miradores, centros logísticos, postos logísticos e de primeiros socorros, entre outros); (viii) complementação turística e ambiental de uma rota cênica no AP Litoral Norte (centros de interpretação, passagens de fauna, lugares de descanso, miradores, etc.); e (ix) elaboração e implementação de diversas rotas turísticas com base nos Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS).

#### Componente II: Promoção turística – Estratégia de Comercialização

Este componente busca melhorar a posição turística de Sergipe como destino de lazer, medida através da proporção de turistas que viajam para este Estado por influência da promoção turística. O componente financiará: (i) a atualização do Plano Estratégico de Marketing Turístico; (ii) a implementação dos três primeiros anos do referido plano; e (iii) o desenho e aplicação de um sistema de monitoramento e avaliação do investimento público do Estado na promoção turística.

#### Componente III: Fortalecimento institucional

Este componente tem como objetivo fortalecer as capacidades de planejamento e gestão turística de forma articulada. O seu sucesso será medido através do aumento da participação dos municípios no Fórum de Turismo do Estado de Sergipe (FORTUR) e nos Conselhos Regionais de Turismo (CRTUR) dos Polos *Costa do Coqueiras e Velho Chico*. Estão previstos investimentos em: (i) desenvolvimento do sistema integrado de informação e estatísticas turísticas; e (ii) fortalecimento dos municípios e entidades estaduais e regionais de turismo em ordenamento territorial e urbano; controle e fiscalização turística; e cooperação e coordenação com outros atores.

#### Componente IV: Conectividade de apoio – Infraestrutura e Serviços Básicos

Este componente está dirigido a melhorar a conectividade turística, medida através da satisfação dos turistas com a infraestrutura de acesso ao Estado e seus atrativos. O componente inclui investimentos em: (i) estudos e obras complementares à ampliação do aeroporto de Aracaju para facilitar a chegada dos turistas ao Estado; (ii) projetos, obras de adequação e melhoria em infraestrutura de acesso e trechos de rodovias estaduais para garantir a conectividade interna dos *Polos*.

#### Componente V: Gestão ambiental

Este componente tem como objetivo melhorar a gestão da costa onde está localizada a atividade turística. O componente inclui investimentos em: (i) elaboração da Política de Gestão Costeira do Estado e dos Planos de Gestão Costeira Integrada de municípios turísticos; (ii) assistência técnica e capacitação para o controle e fiscalização ambiental de obras de infraestrutura na costa; (iii) recuperação ecológica de áreas degradadas em estuários costeiros de importância turística; (iv) apoio à implementação de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em municípios costeiros estratégicos para



o turismo; (v) implantação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios das costas marítimas e fluviais estratégicos para o turismo; (vi) proteção e manejo das APs com uso turístico; (vii) estudos do limite de mudança aceitável e implementação de sistemas de monitoramento ambiental em áreas turísticas frágeis; (viii) sistema de gestão ambiental da operação, que inclui entre outros, um plano de comunicação e participação no Projeto, priorizando a população mais vulnerável, e um programa de sensibilização e educação ambiental de turistas, população, empresas e instituições do setor; e (ix) outras atrações de prevenção e mitigação de possíveis impactos devido ao crescimento do turismo.

### 3. Custo do Projeto e Plano de Financiamento

- 3.1 O custo total do Projeto é estimado no equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares). O Banco financiará US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) com recursos do Capital Ordinário. A contrapartida local, equivalente a US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares), será aportada pelo Estado de Sergipe. Segue, abaixo, o desmembramento dos recursos, por componente e contribuição, em milhões de dólares:

#### **Custo e Financiamento do Projeto**

(em milhões de US\$)

<b>I. Custos diretos</b>	<b>53,8</b>	<b>40,0</b>	<b>93,8</b>	<b>93,8</b>
Componente 1. Estratégia de Produto Turístico Socialmente Inclusivo	27,62	8,61	36,23	36,2
Componente 2. Promoção turística - Estratégia de Comercialização	6,22	0,00	6,22	6,2
Componente 3. Fortalecimento institucional	5,56	0,95	6,51	6,5
Componente 4. Conectividade de apoio - Infraestrutura e Serviços Básicos	0,00	30,44	30,44	30,5
Componente 5. Gestão ambiental	14,40	0,00	14,40	14,4
<b>II. Custos indiretos*</b> (administração, avaliação, auditorias)	<b>6,20</b>	<b>0,00</b>	<b>6,20</b>	<b>6,2</b>

*\* Os custos financeiros, juros e comissão de crédito serão pagos pelo Mutuário por fora do Projeto.*

#### 4. Execução

- 4.1 O Órgão Executor (OE) será o Estado de Sergipe, através da Secretária de Estado de Turismo (SETUR), que terá a responsabilidade total pela gestão, acompanhamento e avaliação do Projeto.
- 4.2 Para cumprir com esta responsabilidade, o OE possui uma Unidade Coordenadora do PRODETUR (UCP) em funcionamento, criada pela Lei estadual N. 7368 em 2011. A UCP estará vinculada diretamente ao Secretário de Turismo do Estado e terá uma equipe multidisciplinar composta por um coordenador geral e três coordenadores das seguintes áreas: administrativo-financeira, infraestrutura e operacional; os quais serão apoiados por sete especialistas em: turismo, engenharia, desenvolvimento institucional, execução orçamentária e financeira, compras e contratos, gestão sócio-ambiental, monitoramento e avaliação.
- 4.3 Uma empresa de apoio ao gerenciamento auxiliará a UCP com os procedimentos técnicos, administrativos, financeiros e licitatórios e com o acompanhamento do Projeto. Para o acompanhamento técnico e ambiental das obras civis do Projeto, a UCP contratará uma empresa que efetuará a supervisão especializada das obras.
- 4.4 No caso de investimentos que envolvam o âmbito de jurisdição de uma Administração Setorial diferente da SETUR (como a Secretaria de Cultura; a Secretaria de Infraestrutura; a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social) ou uma Administração Local como municípios, o OE contará com o apoio da respectiva entidade, o qual será formalizado por meio de um termo de cooperação.
- 4.5 Para a coordenação dos trabalhos entre as entidades participantes, a SETUR e a UCP, será formado um Grupo de Trabalho do Projeto (GTP), presidido pelo Secretário de Turismo do Estado, cujas funções serão: (i) assessorar a UCP no planejamento e execução de atividades, bem como na avaliação e divulgação dos resultados; (ii) facilitar o desenvolvimento e o acompanhamento dos Planos Operacionais Anuais (POA); e (iii) agilizar os processos internos das respectivas entidades nas suas áreas de competência para tornar possível a execução dos investimentos.

*Ass.:*



- 4.6 Durante a execução do Projeto, o setor privado, acadêmico e a sociedade civil manterão o mesmo papel ativo que tiveram na elaboração do Projeto por meio do FORTUR.
- 4.7 A execução do Projeto será regida pelo Manual Operacional do Projeto (MOP), que estabelece as normas e procedimentos para o OE na programação, gestão financeira e contábil, compras, auditorias, e acompanhamento e avaliação do Projeto.

5. **Manutenção**

- 5.1 O propósito da manutenção é o de conservar as obras compreendidas no Projeto nas condições de operação em que se encontravam no momento da conclusão das mesmas, dentro de um nível compatível com os serviços que devem prestar.
- 5.2 O primeiro plano anual de manutenção deverá corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira das obras do Projeto.
- 5.3 O plano anual de manutenção deverá incluir: (i) os detalhes da organização responsável pela manutenção, o pessoal encarregado e o número, tipo e estado dos equipamentos destinados à manutenção; (ii) a localização, o tamanho e o estado das instalações destinadas à reparação e armazenagem, bem como dos acampamentos de manutenção; (iii) a informação relativa aos recursos que serão investidos em manutenção durante o ano corrente e o montante dos que serão incluídos no orçamento do ano seguinte; e (iv) um relatório sobre as condições da manutenção, baseado no sistema de avaliação de suficiência estabelecido pelo Mutuário. *Man. :*

## **CAPITULO II - RELATORIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA**

**Ao:**

**Governo do Estado de Sergipe**

**Secretaria de Estado Do Turismo e Esporte**

**Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (Programa Prodetur Nacional/SE).**

#### **1. Relatório sobre as Demonstrações Financeiras**

Em cumprimento ao disposto na ISSAI 1510 –Trabalhos Iniciais - Os Saldos Iniciais e os saldos de encerramento do período anterior foram transportados para o período corrente. No entanto foram constatadas divergências dos saldos iniciais e finais das demonstrações contábeis do período corrente.

Examinamos as Demonstrações dos Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2014/2015 e as Demonstrações de Fluxo de Caixa, referentes aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2014 / 2015, correspondentes ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Sergipe (PRODETUR/SE), financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Contrato nº 2984/OC-BR,e com contrapartida do Estado de Sergipe, executado pela Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte - SETESP, sob a responsabilidade da Unidade de Coordenação do Programa - UCP.

#### **2. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração do programa é responsável pela elaboração e apresentação confiável dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro e pelos controles internos que considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de fundos (regime de caixa), em conformidade com a Norma Internacional sobre relatório financeiro sobre a base contábil de fundos (regime de caixa). A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

#### **3. - Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria. Realizamos nossa auditoria de acordo com as normas da INTOSAI (Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização) e requisitos

específicos do BID. As referidas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação dos riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Projeto, no intuito de planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**4** Com o propósito de evidenciarmos o cumprimento das condições acordadas no Contrato de empréstimo do Programa realizamos provas que confirmaram que:

- a) Os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais o financiamento foi concedido;
- b) Os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais os recursos foram concedidos;

**5. Processos de aquisições:**

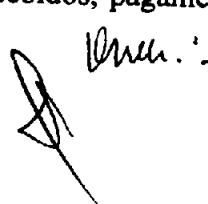
- a) **Ressalve-se que por limitação temporal não foram verificados os processos de aquisições, cujo aprofundamento será realizado em futuras auditorias.**
- b) As obras contratadas estão compatíveis com os fins a que se destinavam, em conformidade com os termos do contrato de empréstimo.

**6 Revisão de Demonstrações de Despesas**

- a) Foram analisadas todas as solicitações de desembolso submetidas ao BID em apoio às solicitações de reposições periódicas da(s) conta(s) designada(s) do projeto. E as despesas foram examinadas em termos de sua elegibilidade, com base em critério definido no Contrato de Empréstimo e detalhado no Documento de Projeto e no Manual/Regulamento Operacional do Programa.

**7 Revisão de Contas Designadas**

Durante a auditoria das demonstrações financeiras do projeto, foram examinadas as atividades da(s) conta(s) designada(s) do Programa. As atividades examinadas incluem depósitos recebidos, pagamentos efetuados, juros auferidos e conciliação de saldos de final de período.

*Man.:*  


## **8 Achados de Auditoria**

Observamos que na Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício de 2014, não consta os rendimentos de aplicações financeiras consideradas como aporte local (R\$ 26.350,30). Na análise da Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício de 2015 observamos que os rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 256.112,29), foram consideradas na composição das disponibilidades para o BID, deixando consequentemente nesse momento de ser considerado como parte integrante do aporte local. Houve então a falta de padronização nas demonstrações.

**Comentário do Gestor:** O programa foi isentado de apresentação das demonstrações financeiras no exercício de 2014, em função do pouco volume de recurso aplicado, e estando em andamento a implantação do sistema de gerenciamento contábil e financeiro específico. No mês de junho de 2015 foi registrado os valores referentes aos rendimentos do programa durante o período de dezembro de 2014 a maio de 2015, regularizando a informação levantada.

Ressaltamos que o saldo disponível do programa, em 31 de dezembro de 2014, consta regular na demonstração financeira apresentada, onde, os valores de rendimentos são parcela do Estado e não somam à disponibilidade financeira do Prodetur.

**Recomendação dos Auditores :** Apesar das justificativas apresentadas pelo Gestor , satisfazerem as observações apresentadas, recomendamos um controle efetivo da gestão financeira evitando as distorções encontradas e o não comprometimento da efetividade do programa.

## **9. Opinião sem Ressalva**

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Sergipe (PRODETUR/SE), de acordo com a base contábil de fundos/caixa e as políticas contábeis descritas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras. *Assinatura*

# 10 - Análise das Demonstrações do Fluxo de Caixa



NOME DO EXECUTOR: Secretaria do Estado de Turismo  
PROGRAMA: Produtor Nacional Sergipe  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 2984/OC-8R


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA						
Moeda de operação: Dólar						
Base dezembro/2014 Dólar: 7.6556						
	Período terminado em dez/2014			Período terminado em 2013		
	Data do encerramento do período, atual			Data do encerramento do período, anterior		
	BID	Contrapartida	TOTAL	BID	Contrapartida	TOTAL
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>						
Acumulado ao começo do período	0	\$10.234,26	\$10.234,26	0	0	0
Variação Cambial do Exercício Anterior		0	0		0	0
Durante o período						
Desembolso - Antecipação de Fundos	1.383.750,00	0	1.383.750,00	0	0	0
Desembolso - Reembolsos	0	0	0	0	0	0
Desembolso - Pagos Diretos	0	0	0	0	0	0
Desembolso GOV SE Governo de Sergipe	0	7.504.505,04	7.504.505,04	0	\$10.234,26	\$10.234,26
Renderimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total Recursos Recebidos	1.383.750,00	\$14.739,30	\$14.739,30	0	\$10.234,26	\$10.234,26
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>						
Acumulado ao começo do período	0	\$10.234,26	\$10.234,26	0	0	0
Variação Cambial do Exercício Anterior		0	0		0	0
Durante o período						
Solicitação de Reembolso	0	0	0	0	0	0
Pagos e apresentados ao BID em justificativas de Desembolso	0	0	0	0	0	0
Pagos por bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa	\$14.981,25	7.504.505,04	7.519.486,29	0	\$10.234,26	\$10.234,26
Outros	0	0	0	0	0	0
Total Desembolsos	\$14.981,25	\$14.739,30	\$14.720,55	0	\$10.234,26	\$10.234,26
<b>SALDO DISPONÍVEL INICIAL DO PERÍODO</b>	1.046.766,75	0	1.046.766,75	0	0	0
As notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras:						
Aracaju, 31 de dezembro de 2014						

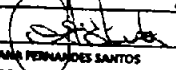
Cristina Fernandes Santos  
Coordenadora Geral  
UNBSE PRODUTUR NACIONAL em Sergipe  
SE/ESP

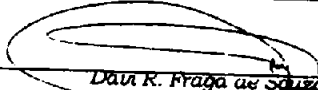
R. Praga de Souza  
Assessor Financeiro (Fiscal) - CDRAPF  
CRA SE 6-0100  
CRC SE: 0070980-4

*Assinatura*

# Análise das Demonstrações do Fluxo de Caixa 2015

 <b>BID</b> <small>Financiando Vidas</small>						
NOME DO EXECUTOR: Secretária de Estado de Turismo PROGRAMA: Produtor Nacional Seguro CONTRATO DE EMPRESTIMO: 2884/OC-88						
<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b> Moeda da operação: Dólar Base dezembro/2015 Dólar: 3.9042						
	Período terminado em dez/2015			Período terminado em 2014		
	Data do encerramento do período, atual			Data do encerramento do período, anterior		
	BID	Contrapartida	TOTAL	BID	Contrapartida	TOTAL
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>						
Acumulado ao começo do período	1.383.750,00	6.867.360,60	8.251.110,60	0	597.038,67	597.038,67
Variação Cambial do Exercício Anterior	0	0	0	0	0	0
Durante o período						
Desembolso - Antecipação de Fundos	2.258.000,00	0	2.258.000,00	1.383.750,00	0	1.383.750,00
Desembolso - Reembolsos	0	0	0	0	0	0
Desembolso - Pagos Diretos	0	0	0	0	0	0
Desembolso GOV SE Governo de Sergipe	0	361.512,59	361.512,59	0	6.270.321,73	6.270.321,73
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	65.599,17	65.599,17	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total Recursos Recebidos</b>	<b>1.383.750,00</b>	<b>7.284.472,36</b>	<b>10.668.222,36</b>	<b>1.383.750,00</b>	<b>6.867.360,60</b>	<b>8.251.110,60</b>
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>						
Acumulado ao começo do período	314.981,25	6.867.360,60	7.182.341,85	0	597.038,67	597.038,67
Variação Cambial do Exercício Anterior	0	0	0	0	0	0
Durante o período						
Solicitação de Reembolso	0	0	0	0	0	0
Pagos e apresentados ao BID em justificativa de Desembolso	1.024.021,34	361.512,59	1.385.533,93	314.981,25	6.270.321,73	6.585.302,98
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificação	361.843,45	0	361.843,45	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total Desembolsado</b>	<b>1.385.864,79</b>	<b>361.512,59</b>	<b>1.747.377,38</b>	<b>314.981,25</b>	<b>6.867.360,60</b>	<b>7.182.341,85</b>
<b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>1.940.804,89</b>	<b>65.599,17</b>	<b>2.006.404,06</b>	<b>1.068.768,75</b>	<b>0</b>	<b>1.068.768,75</b>
As notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras						
Até 31 de dezembro de 2015						

  
 CRISTIANA FERNANDES SANTOS  
 COORDENADORA GERAL - UCP/PRODETUR

  
 DAVI R. FRAGA DE SOUZA  
 Especialista Financeiro (Finanças) - COBRAPE  
 CRA SE: 6-0100 /  
 CRC SE: 0070880-4

Du...



## 11 – Análise do Demonstrativo de Investimentos Acumulados



## Mejorando vidas

[illegible]

As rotas seguras incluem parte integrante das Comunicações Finanças de  
Muito. A descrição das Comunicações deve corresponder, tanto em relação aos componentes e sub-componentes quanto  
Artigo 51.º 11 de dezembro de 2014

**COLUMBIAN UNIVERSITY**  
Columbian University  
Washington, D.C.

*David R. Fraga de Souza,*  
~~Esposado de Mariana Praxedes - Cuiabá~~  
CRA SE: 6-0100  
CRC SE: 0070980-4

CRA SE: 6-0100  
CRC SE: 00709810-4



## 12 – Análise da Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco



### CONCiliaÇÃO DOS RECURSOS ANTECIPADOS PELO BANCO

NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE BERGPE  
 nes do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 2984/OC-88  
 Nº Da Solicitação: 0  
 Data: 31/12/14

I SALDO DISPONÍVEL DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTO DE RECURSOS (2) (na moeda de operação)			1.068.768,75
Detalhe	Valor	Taxa de Câmbio	Valor na Moeda de Operação
Saldo Disponível em Conta na Moeda da Operação em 31/12/14			
Banco: D14			
Nº da Conta: 024/406708-0	2.694.045,42	2,5207	1.068.768,75
II GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID (3)			314.981,25
GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BANCO QUE INCLUIAM TERMO DE CANCELAMENTO COM REGISTRO DE CANCELAMENTO DO PROJETO			314.981,25
III TOTAL DO FUNDO ROTATIVO OU DOS ADIANTAMENTOS DE RECURSOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID (II+III)			1.383.750,00
IV SALDO DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTO DE RECURSOS CONFORME O BID (RELATÓRIO LMS-1)			1.068.768,75
Percentual Justificado perante o Banco			0
V DIFERENÇA (IV-III) / 4			-314.981,25
VI IDENTIFICAÇÃO DOS CONCEITOS CONTEÍDOS NA DIFERENÇA (VI-IV) / 4			0
Detalhamento da Diferença	Valor (Moeda Local)	Taxa de Câmbio	Equivalência na Moeda de Operação
Diferença decorrente de (especificar)			
Diferença decorrente de rendimentos de aplicação financeira	0	0	0
Outras diferenças	0	0	0
Total das Diferenças	0	0	0

Certificamos que: a) os gastos especificados no item II foram realizados para os fins especificados no Contrato/Convênio; b) a documentação que respalda os gastos efetuados com os recursos provenientes do Fundo Rotativo ou Adiantamento de Recursos ainda não justificados está disponível para fins de inspeção do BID.

#### Notas:

- 1) A conta corrente é exclusiva para o Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos? SIM NÃO
- 2) Anexar cópia dos extratos das contas bancárias (corrente e de investimentos) em que estão depositados os recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos, seus respectivos conciliações e o saldo disponível do Aporte Local caso esteja depositado na mesma conta.
- 3) Anexar o detalhamento dos gastos ou pagamentos efetuados com recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos ainda não apresentados/justificados.
- 4) Em caso de diferença, anexar conciliação e nota explicativa.

*Cristiana Fernandes Sani...*  
 Coordenadora Geral  
 UOPSE-PRODETUR Nacional em Serop-  
 SETERR

*Paul R. Fraga de Souza*  
 Especialista Técnico-Financeiro - COBRAP  
 CRA SE: 8-0100  
 CRC SE: 00709840-4

*Paul R.*



# CONCILIAÇÃO DOS RECURSOS ANTECIPADOS PELO BANCO

NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE SERGIPE

Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 2884/OC-08

Nº de Solicitação: 0

Data: 31/12/15

**II SALDO DISPONÍVEL DE FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTO DE RECURSOS (2) (na moeda de operação)** 2.005.503,23

Detalhe	Valor	Taxa de Câmbio	Valor na Moeda de Operação
Saldo Disponível em Conta na Moeda de Operação em 31/12/15 Banco: 0238 Nº da Conta: 414-100	7.564.260,00	3,97	1.905.355,16
Saldo Disponível em Conta na Moeda de Operação em 31/12/15 Banco: 024 Nº da Conta: 024/406708-0	141.129,23	3,97	35.548,90
Saldo Disponível em Conta na Moeda de Operação em 31/12/15 Banco: 024 Nº da Conta: 024/406708-0 - Rend	256.112,29	3,9042	65.599,17
Saldo Disponível em Conta na Moeda de Operação em 31/12/15 Banco: 0055 Nº da Conta: 414-7	0	0	0

**III GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID (3)** 361.843,45

**IV GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO DO BANCO NÃO INCLuíDOS NESTA CONCILIAÇÃO COM PAGAMENTOS CORRIDOS DO PROJETO** 361.843,45

**II TOTAL DO FUNDO ROTATIVO OU DOS ADIANTAMENTOS DE RECURSOS PENDENTE DE APRESENTAÇÃO AO BID (I+II)** 2.368.346,68

**IV SALDO DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTO DE RECURSOS CONFORME O BID (RELATÓRIO LMS-3)** 2.502.747,51

Percentual Justificado perante o Banco

0

**V DIFERENÇAS (IV-II) (4)** -45.599,17

**VI IDENTIFICAÇÃO DOS CONCEITOS CONTIDOS NA DIFERENÇA APURADA (4)** 45.599,17

Detalhamento da Diferença	Valor (Moeda Local)	Taxa de Câmbio	Equivalência na Moeda de Operação
Diferença decorrente de (especificar)			
Diferença decorrente de rendimentos de aplicação financeira	256.112,29	3,9042	65.599,17
Outras diferenças	0	0	0
Total das Diferenças	256.112,29		65.599,17

• Certificamos que: a) os gastos especificados no item II foram realizados para os fins especificados no Contrato/Convênio; b) a documentação que respalda os gastos efetuados com os recursos provenientes do Fundo Rotativo ou Adiantamento de Recursos ainda não justificados está disponível para fins de inspeção in loco.

*Carla Maria Fernandes Santos*  
Coordenadora Geral  
LICPSE-PRODETUR Nacional em Sergipe  
SETESP

*Davi R. Fraga de Souza*  
Especialista PRODETUR (Finanças) - COBRAPE  
CRA SE: 6-0100

## Notas:

- 1) A conta corrente é exclusiva para o Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos? SIM ☒ NÃO ☐ CRC SE: 007088/O-4
- 2) Anexar cópia dos extratos das contas bancárias (corrente e de investimentos) em que estão depositados os recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos, suas respectivas conciliações e o saldo disponível do Aporte Local caso esteja depositado na mesma conta.
- 3) Anexar o detalhamento dos gastos ou pagamentos efetuados com recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos ainda não apresentados/justificados.
- 4) Em caso de diferença, anexar conciliação e nota explicativa.

*Assinatura*



# CONCILIAÇÃO DOS RECURSOS ANTECIPADOS PELO BANCO

NOME DO ORÇANISMO EXECUTOR: SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE SERGIPE

Nº do Contrato de Empreitada ou Convênio de Cooperação Técnica: 2984/OC-01

Nº da Solicitação: 0

Data: 31/12/15

I SALDO DISPONÍVEL DE FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTO DE RECURSOS (2) (na moeda de operação)	2.006.503,73
---	--------------

Detalhe	Valor	Taxa de Câmbio	Valor na Moeda de Operação
Saldo Disponível em Conta na Moeda de Operação em 31/12/15			
Banco: 0238			
Nº da Conta: 424-100	7.564.280,00	3,97	1.905.355,16
Saldo Disponível em Conta na Moeda de Operação em 31/12/15			
Banco: 014			
Nº da Conta: 014/406708-0	141.129,75	3,97	35.548,90
Saldo Disponível em Conta na Moeda de Operação em 31/12/15			
Banco: 014			
Nº da Conta: 024/406708-0 - Rend	256.112,29	3,9042	65.599,17
Saldo Disponível em Conta na Moeda de Operação em 31/12/15			
Banco: 0098			
Nº da Conta: 414-7	0	0	0

II GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID (3)	361.843,45
--	------------

GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO DO BANCO NOS TERCEIROS TERCEIROS COM TÍTULOS TITULOS DO PROJETO	361.843,45
--	------------

III TOTAL DO FUNDO ROTATIVO OU DOS ADIANTAMENTOS DE RECURSOS PENDENTE DE APRESENTAÇÃO AO BID (III) (4)	2.368.346,68
--	--------------

IV SALDO DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTO DE RECURSOS CONFORME O BID (RELATÓRIO LMS-1)	2.302.747,51
Percentual Justificado perante o Banco	0

V DIFERENÇA (IV-III) (4)	-45.599,17
--------------------------	------------

VI IDENTIFICAÇÃO DOS CONCRETOS CONTIDOS NA DIFERENÇA APURADA (4)	65.599,17
--	-----------

Detalhamento da Diferença	Valor (Moeda Local)	Taxa de Câmbio	Equivalente na Moeda de Operação
Diferença decorrente de (especificar)			
Diferença decorrente de rendimentos de aplicação financeira	256.112,29	3,9042	65.599,17
Outras diferenças	0	0	0
Total das Diferenças	256.112,29		65.599,17

Certificamos que: a) os gastos especificados no item II foram realizados para os fins especificados no Contrato/Convênio; b) a documentação que respalda os gastos efetuados com os recursos provenientes do Fundo Rotativo ou Adiantamento de Recursos ainda não justificados está disponível para fins de inspeção do BID.

Orlando Fernandes Santos  
Coordenador Geral  
Núcleo de Gestão Nacional em Sergipe  
SETESP

Davi R. Fraga de Souza  
Especialista Financeiro (Finanças) - COBRAPE  
CRA SE: 6-0100

## Notas:

- 1) A conta corrente é exclusiva para o Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos? SIM ☒ NÃO ☐ CIRC SE: 007086/O-4
- 2) Anexar cópia dos extratos das contas bancárias (corrente e de investimentos) em que estão depositados os recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos, em respectivas conciliações e o saldo disponível da Conta Local caso esteja depositado na mesma conta.
- 3) Anexar o detalhamento dos gastos ou pagamentos efetuados com recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos ainda não apresentados/justificados.
- 4) Em caso de diferença, anexar conciliação e nota explicativa.

[illegible][illegible][illegible]

CONTA BANCÁRIA Nº 436-P / CASA LEGISLATIVA FEDERAL DE SP

[illegible]

Davi R. Fraga de Souza  
Especialista Fiduário (Finanças) - COBRAFPE  
CRA SE: 6-0100  
CRC SE: 007088/0-4

## 13 Notas explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

#### 1. Descrição do Programa

O objetivo geral do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (Programa Prodetur Nacional/SE), co-financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Contrato de Empréstimo 2984/OC-BR (BR-L1256), é contribuir para o aumento da renda e do emprego formal no Estado de Sergipe, por meio da promoção da atividade turística. O objetivo específico é aumentar o gasto turístico nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico, através de investimentos destinados a segmentos do turismo de sol e praia, ecoturismo e turismo cultural.

O Projeto está estruturado em 5 (cinco) componentes e respectivos subcomponentes:

- **Componente I: - Estratégia de Produto Turístico Socialmente Inclusivo.** Este componente está dirigido a aumentar a oferta de produtos turísticos e seu sucesso será medido através do aumento da permanência do turista de lazer que se hospeda na rede hoteleira. O componente inclui investimentos em: (i) análise da cadeia de valor turística voltada para a inclusão social; (ii) diagnóstico e plano de ação para aumentar a formalidade no setor; (iii) assistência técnica e treinamento a empresas e recursos humanos para impulsionar a qualidade dos serviços, a gestão ambiental e a responsabilidade social; (iv) sinalização e interpretação turística; (v) recuperação de mercados tradicionais e promoção do artesanato de qualidade dirigido à demanda turística; (vi) desenvolvimento de circuitos histórico-culturais, modernização de museus, e a construção do centro de interpretação do Cangaco; (vii) adequação turística e ambiental das praias da Área Protegida (AP) Litoral Sul (estacionamentos, delimitação, trilhas, ciclovias, miradores, centros logísticos, postos logísticos e de primeiros socorros, entre outros); (viii) complementação turística e ambiental de uma rota cênica no AP Litoral Norte (centros de interpretação, passagens de fauna, lugares de descanso, miradores, etc.); e (ix) elaboração e implementação de diversas rotas turísticas com base nos Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS).
- **Componente II: Promoção turística - Estratégia de Comercialização.** Este componente busca melhorar a posição turística de Sergipe como destino de lazer, medida através da proporção de turistas que viajam para este Estado por influência da promoção turística. O componente financiará: (i) a atualização do Plano Estratégico de Marketing Turístico; (ii) a implementação dos três primeiros anos do referido plano; e (iii) o desenho e aplicação de um sistema de monitoramento e avaliação do investimento público do Estado na promoção turística.
- **Componente III: Fortalecimento Institucional.** Este componente tem como objetivo fortalecer as capacidades de planejamento e gestão turística de forma articulada. O seu sucesso será medido através do aumento da participação dos municípios no Fórum de Turismo do Estado de Sergipe (FORTUR) e nos Conselhos Regionais de Turismo (CRTUR) dos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico. Estão previstos investimentos em: (i) desenvolvimento do sistema integrado de informação e estatísticas turísticas; e (ii) fortalecimento dos municípios e entidades estaduais e regionais de turismo em ordenamento territorial e urbano; controle e fiscalização turística; e cooperação e coordenação com outros atores.

• Componente IV: Conectividade de apoio - Infraestrutura e Serviços Básicos. Este componente está dirigido a melhorar a conectividade turística, medida através da satisfação dos turistas com a infraestrutura de acesso ao Estado e seus atrativos. O componente inclui investimentos em: (i) estudos e obras complementares à ampliação do aeroporto de Aracaju para facilitar a chegada dos turistas ao Estado; (ii) projetos, obras de adequação e melhoria em infraestrutura de acesso e trechos de rodovias estaduais para garantir a conectividade interna dos Polos.

• Componente V: Gestão ambiental. Este componente tem como objetivo melhorar a gestão da costa onde está localizada a atividade turística. O componente inclui investimentos em: (i) elaboração da Política de Gestão Costeira do Estado e dos Planos de Gestão Costeira Integrada de municípios turísticos; (ii) assistência técnica e capacitação para o controle e fiscalização ambiental de obras de infraestrutura na costa; (iii) recuperação ecológica de áreas degradadas em estuários costeiros de importância turística; (iv) apoio à implementação de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em municípios costeiros estratégicos para o turismo; (v) implantação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios das costas marítimas e fluviais estratégicos para o turismo; (vi) proteção e manejo das APs com uso turístico; (vii) estudos do limite de mudança aceitável e implementação de sistemas de monitoramento ambiental em áreas turísticas frágeis; (viii) sistema de gestão ambiental da operação, que inclui entre outros, um plano de comunicação e participação no Projeto, priorizando a população mais vulnerável, e um programa de sensibilização e educação ambiental de turistas, população, empresas e instituições do setor; e (ix) outras atrações de prevenção e mitigação de possíveis impactos devido ao crescimento do turismo.

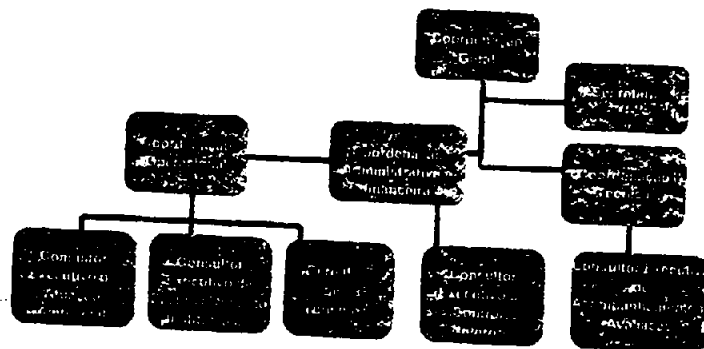
O custo total do Projeto é estimado no equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares). O Banco financiará US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) com recursos do Capital Ordinário. A contrapartida local, equivalente a US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares), será aportada pelo Estado de Sergipe. Segue, abaixo, o desmembramento dos recursos, por componente e contribuição, em milhões de dólares:

Custo e Financiamento do Projeto (em milhões de US\$)

Componente de Investimento	Banco	Local	Total	%
I. Custos diretos	53,8	40,0	93,8	93,8
Componente 1. Estratégia de Produto Turístico Socialmente Inclusivo	27,62	8,61	36,23	36,2
Componente 2. Promoção turística - Estratégia de Comercialização	6,22	0,00	6,22	6,2
Componente 3. Fortalecimento Institucional	5,56	0,95	6,51	6,5
Componente 4. Conectividade de apoio - Infraestrutura e Serviços Básicos	0,00	30,44	30,44	30,5
Componente 5. Gestão ambiental	14,40	0,00	14,40	14,4
II. Custos indiretos* (administração, avaliação, auditorias)	6,20	0,00	6,20	6,2
Total	60,00	40,00	100,00	100
Percentual	60%	40%	100%	



A Unidade Executora é a UCP (Unidade de Coordenação do Programa) composta por cargos em comissão criados mediante aprovação da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2011, de livre investidura do poder executivo estadual, conforme organograma abaixo:



2. Principais Políticas Contábeis (Indicar as principais normas, práticas aplicadas e princípios contábeis observados em seu sistema contábil na elaboração das demonstrações financeiras do Programa e método utilizado para conversão de moeda local para dólares dos Estados Unidos)

- Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo "IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".

- Unidade Monetária (Dados sobre a Conversão de Moedas). Os recursos antecipados pelo BID em US\$ dólares são depositados no Citibank, em New York (Banco Intermediário), e posteriormente são internalizados em Reais na Caixa Econômica Federal (Banco Depositário), pela taxa de câmbio do momento em que a operação é concretizada. De acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Empréstimo, para determinar a equivalência em dólares de uma despesa paga em Reais por conta do aporte BID é utilizada a mesma taxa de câmbio de conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda em Reais. Esse procedimento não enseja ganho ou perda cambial.

Para fins de reembolso de gastos a débito do Empréstimo, pagos com recursos próprios, aplicar-se-á a taxa de câmbio de compra (Ptax Bacen) vigente na data de apresentação da solicitação de reembolso ao Banco. Situação essa que não ocorreu.

*Princípios:*

Com relação ao aporte LOCAL, para fins de reconhecimento de gastos a débito do Aporte Local, aplica-se a taxa de câmbio de compra (Ptax Bacen) vigente na data de apresentação de cada solicitação de desembolso ao Banco.

Quanto aos gastos pendentes de comprovação do aporte LOCAL, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, os valores dos pagamentos são convertidos em dólares, utilizando como referência a taxa de câmbio de compra do último dia útil do mês de dezembro. Na demonstração financeira do exercício seguinte são procedidos aos ajustes da diferença entre o montante que foi registrado e o efetivamente apurado na solicitação de desembolso correspondente a esses gastos (que são convertidos pela taxa de câmbio de compra vigente na data da apresentação da solicitação de desembolso ao Banco).

Os registros do programa são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos.

### 3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2015 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais. Foi identificado o saldo a maior na conta operativa do programa, Banco CEF, Agência 0059 Conta Bancária nº 414-7, no valor de R\$ 13.065,27 (treze mil, sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos), devendo ser desconsiderado para efeitos de disponibilidade financeira.

Durante o ano de 2015 foram registradas receitas provenientes de juros no total de US\$ 65.559,17 com base o dólar de 31 de dezembro de 2015 – câmbio 3,9042 (não houve ganho cambial no período).

- Câmbio do saldo 2014 2,5207 (câmbio do primeiro desembolso);
- Câmbio Informativo (31/12/2014 2,6556);
- Câmbio do saldo de 2015 (31/12/2015) 3,9700;
- Câmbio Rendimentos 3,9042 (médio).

	Em US\$	
	2014	2015
Banco do Estado de Sergipe, Agência 014, Conta Bancária nº 406.708-0	1.068.768,75	35.548,90
Banco CEF, Agência 0059 Conta Bancária nº 414-7	0	1.905.355,16
Banco do Estado de Sergipe, Agência 014, Conta Bancária nº 406.708-0 (Aplicação)*	0	65.559,17
Total (–) Rendimentos de Aplicação	1.068.768,75	1.940.904,06

	Em R\$	
	2014	2015
Banco do Estado de Sergipe, Agência 014, Conta Bancária nº 406.708-0	2.694.045,42	141.129,23
Banco CEF, Agência 0059 Conta Bancária nº 414-7	0	7.564.260,00
Banco do Estado de Sergipe, Agência 014, Conta Bancária nº 406.708-0 (Rendimentos de Aplicação)*	0	256.112,29
Total (–) Rendimentos de Aplicação	2.694.045,42	7.705.389,23

\*O valor dos rendimentos de Aplicação não soma ao Total.

*Handwritten signature and initials.*

*Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.*

Foi identificado diferença entre o valor constante em extrato bancário e o valor apresentado no relatório BID de conciliação, ante exposto, explicamos que o valor das despesas apuradas no período diverge em função de aplicação financeira de R\$ 150.000,00 realizada em maio/2015, onde só deve constar no sistema BID receita de rendimento, conforme apresentado. No dia 31 de dezembro de 2015 foram apurados pagamentos de credores sem os devidos recolhimentos das retenções no valor de R\$ 65.375,15 (sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais e quinze centavos), gerando um saldo positivo inexistente na conta do programa. Segue tabela explicativa:

Saldo Banese - Saldo Conta Pagamento	Valores em R\$
Despesas Pagas Banese	4.831.514,25
Despesas Pagas Conta Pagamento do Programa	4.746.889,40
Subtotal	-84.624,85
Aplicação Financeira em Maio/2015	150.000,00
Saldo Total	65.375,15
Retenções Não Recolhidas no Período	
NF 10318 - COBRAPE	11193,91
NF 157 - HECA COM E CONSTRUÇÕES	25720,44
NF 157 - HECA COM E CONSTRUÇÕES	15003,59
NF 10252 - COBRAPE	13457,21
Total	65375,15

*impr.:*

EXPLICANDO O DISPONÍVEL EM 2015			
BANCO	SALDO DO EXTRATO		SALDO CONTÁBIL
BANESSE PAGAMENTO	R\$	93.721,81	R\$ 141.129,23
BANESSE APLICAÇÃO1	R\$	206.238,53	R\$ -
BANESSE APLICAÇÃO2	R\$	78.833,99	R\$ -
BANESSE APLICAÇÃO3	R\$	83.802,94	R\$ -
CAIXA OPERATIVA	R\$	7.564.260,00	R\$ 7.564.260,00
BANESSE RENDIMENTOS	R\$	-	R\$ 238.112,29
TOTAL	R\$	8.026.876,67	R\$ 7.961.501,52
DIFERENÇA: EXTRATO - CONTÁBIL = (RETENÇÕES NÃO PAGAS)			R\$ 65.375,15
TAXA APLICADA			3,97
DISPONÍVEL (-) RENDIMENTOS			R\$ 7.705.389,23
DISPONÍVEL NA MOEDA DA OPERAÇÃO			\$ 2.006.501,26
EXPLICANDO O DISPONÍVEL EM 2014			
BANCO	SALDO DO EXTRATO		SALDO CONTÁBIL
BANESSE PAGAMENTO	R\$	95,15	R\$ 2.894.045,42
BANESSE APLICAÇÃO1	R\$	2.576.939,51	R\$ -
BLOQUEIO JUDICIAL	R\$	-	R\$ -
BANESSE APLICAÇÃO3	R\$	-	R\$ -
SUB TOTAL	R\$	2.577.085,66	R\$ 2.894.045,42
BANESSE RENDIMENTOS	R\$	26.350,30	R\$ -
TOTAL	R\$	2.577.085,66	R\$ 2.894.045,42
DIFERENÇA: EXTRATO - CONTÁBIL - RENDIMENTOS + BLOQUEIO JUDICIAL			-R\$ 143.830,06
TAXA APLICADA (CÂMBIO DO PRIMEIRO DESEMBOLSO)			2,5207
DISPONÍVEL (-) RENDIMENTOS			R\$ 2.894.045,42
DISPONÍVEL NA MOEDA DA OPERAÇÃO			\$ 1.068.768,75
BLOQUEIO JUDICIAL 2014			
BANCO	BANESSE		Taxa Aplicada - CDB/RDB POS C/ RESG AUT
CONTA	AG 014 - 24/406.708-0		
Bloqueio	R\$	143.310,06	
Dezembro	R\$	144.616,90	0,009118
Janerio	R\$	145.946,11	0,009275
Fevereiro	R\$	147.118,53	0,008184
Março	R\$	146.601,50	0,010345
Abril	R\$	149.970,15	0,009464
RENDIMENTOS		R\$	6.660,09
TOTAL A DEPOSITAR		R\$	149.970,15
DEPOSITADO		R\$	66.040,87
		R\$	77.269,19
		R\$	6.660,09
		R\$	149.970,15

OBS: Ressaltamos o compromisso em ajustar os saldos no exercício futuro, com a quitação dos recolhimentos pendentes no exercício de 2015 e com o lançamento dos rendimentos identificados em 31/12/2014.

*idem*

#### 4. Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 361,843.45, e está representado por gastos efetuados e não incluídos em solicitações de desembolso, conforme Conciliação dos Recursos do Banco, anexo a essas notas explicativas.

#### 5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

	US\$
Adiantamentos Recebidos em 2014	
Solicitação nº 01	1,383,750.00
(-) Adiantamentos legalizados durante o período em 2015	1,339,002.47
Solicitação nº 02	-709,773.86
Solicitação nº 03	-629,228.61
(+) Adiantamentos recebidos em 2015	
Solicitação nº 04	2,258,000.00
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período*	1,940,904.06

\* Para efeito de cálculo direto deve-se deduzir o saldo pendente de justificação.

OBS: O sinal negativo das solicitações nº 02 e 03 trata-se de Prestação de Contas, não havendo aporte de novos recursos para o programa.

#### 6. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local - Cláusula 4.03.

Por meio da Solicitação de Desembolso nº 02, foi apresentado, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas retroativas à data da assinatura do Contrato de Empréstimo 2984/OC-BR, no montante de US\$ 597,038.89.

#### 7. Fundos de Contrapartida Nacional

O Governo do Estado de Sergipe assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 40,000,000.00, como contrapartida local. Até 31 de dezembro de 2015, o Governo contribuiu com a importância de US\$ 7,228,873.19, equivalente a 18.7 % do total comprometido.

#### 8. Ajustes de Períodos Anteriores

Os pagamentos pendentes de comprovação/justificação de 2014, tanto do aporte BID como de Contrapartida, nos montantes de US\$ 314,981.25 e US\$ 7,228,873.19, respectivamente, foram justificados através das Solicitações nº. 02. Os saldos do exercício de 2014 devem ser considerados mediante demonstrações financeiras do exercício 2015 como acumulado, as tabelas apresentadas refletem, apenas, o saldo disponível no ano de 2014, no valor de US\$ 1,068,768.75, devendo, este, ser conferido com o quadro detalhado da página 6 desse instrumento e constatado sua conformidade.

Eventuais inconsistências serão regularizadas no exercício posterior, conforme apontamentos.

#### 9. Aquisição de Bens e Serviços

(i) as aquisições de bens e serviços foram efetuadas com observância às normas do BID e disposições da Lei 8666/93, e suas alterações; (ii) os bens adquiridos como despesas reembolsáveis por meio do contrato 001/2014 firmado entre a Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte estão devidamente inventariados,

*Handwritten signature and initials.*

não havendo no período aquisição de bens por parte de outra ação do projeto; (iii) os serviços foram devidamente prestados.

#### 10. Desembolsos Efetuados

Os desembolsos realizados até 31/12/2015, correspondem às solicitações de desembolsos apresentadas no quadro abaixo:

Solicitação de Desembolso	BID	LOCAL
2014		
01 - Adiantamento de Fundos	1,383,750.00	0.00
2015		
02 - Prestação de Contas	709,773.86	7,228,873.19
03 - Prestação de Contas	629,228.61	0.00
04 - Adiantamento de Fundos	2,258,000.00	0.00

#### 11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados.

Não houve diferenças apuradas no período.

DESCRIÇÃO	Em US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	1.700.845,94	7.228.873,19	8.929.719,13
Demonstrativo de Investimentos	1.700.845,94	7.228.873,19	8.929.719,13
Diferença	0	0	0

12. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão. A diferença de US\$ 361,843.45, corresponde a gastos pagos com recursos adiantados pelo BID pendentes de justificação ao BID em 31/12/2015. Houve ajuste de 0,02 centavos de dólar para fechamento do saldo entre os relatórios.

Em US\$

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	WLMS-1	Diferença
I. Custos diretos		Disbursed Amount	
Componente 1. Estratégia de Produto Turístico Socialmente Inclusivo	398.483,20	126.160,82	232.292,28
Componente 2. Promoção turística - Estratégia de Comercialização	346.562,53	114.270,15	232.292,28
Componente 3. Fortalecimento institucional	0,00		0,00

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* B

Componente 4. Conectividade de apoio - Infraestrutura e Serviços Básicos	0,00		0,00
Componente 5. Gestão ambiental	11.890,67	11.890,67	0,00
II. Custos indiretos	1.342.392,74	1.212.841,65	129.551,09
Administração e Gestão	1.342.392,74	1.212.841,65	129.551,09
Avaliação e Auditorias			0,00
<b>Total</b>	<b>1.700.846,94</b>	<b>1.339.002,47</b>	<b>361.843,45</b>

13. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do WLMS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos - BID da Demonstração de Fluxos de Caixa. (Obs.: Em caso de divergência apresentar os comentários / explicações correspondentes)

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos)	3.641.750,00
WLMS - 1 (Disbursed Life)	3.641.750,00
Diferença	0,00

14. Contingências

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos que contra a administração do Programa até data base de 31/12/2015, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

15. Eventos Subsequentes

Não houve eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Projeto / Programa.

16. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Não aplicável, uma vez que esta é a primeira auditoria em demonstrações financeiras do programa.

17. Outras Considerações / Esclarecimentos

Não foi identificada diferença nos informes apresentados que possam afetar a situação financeira do Projeto / Programa que gere maiores considerações e ou esclarecimentos.

18. Anexos

Segue em anexo todos os documentos comprovando as informações inseridas neste documento.

*Assinatura:*

*[Assinatura]*

### CAPITULO III

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao:

**Governo do Estado de Sergipe**

**Secretaria de Estado Do Turismo e Esporte**

**Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (Programa Prodetur Nacional/SE).**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa referentes aos anos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2015 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2014 e 31 dezembro de 2015, correspondentes ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (Programa Prodetur Nacional/SE), financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Contrato de Empréstimo 2984/OC-BR (BR-L1256), e contrapartida do Governo de Estado de Sergipe, executado pela Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer, sob a responsabilidade da Unidade de Coordenação do Programa - UCP, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de 29 de abril de 2016.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

A Administração do Programa é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, se requer juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das demonstrações financeiras do programa referentes aos anos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre os aspectos mais relevantes.



Observamos certos aspectos que são descritos no presente relatório relacionado com o sistema de controle interno e sua operação, que consideramos condições que merecem ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria. As condições que merecem ser informadas compreendem assuntos que chamaram a nossa atenção relativamente a aspectos relevantes e deficiências importantes no desenho ou operação do sistema de controle interno que, em nosso julgamento, poderiam afetar adversamente a capacidade do Programa para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma consistente com as afirmações da administração nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados.

Por definição, uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que o desenho ou operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades por valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Programa, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados. *Imu* :

## 1) - Comentários, Observações e Achados de Auditoria sobre o Sistema de Controle Interno

### 1.1 Estrutura Organizacional

A administração do Programa é realizada pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP do PRODETUR - SERGIPE, integrada à Secretaria de Estado do Turismo e Esporte – SETESP, contando com o apoio de uma gerenciadora contratada denominada COBRAPE – CIA. BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS, CNPJ 58.645.219/0001-28.

A Lei Estadual nº 7.368 de 29/12/2011 descreve sobre a formação da UCP e atribuições correlatas, cujos membros foram designados através de Decretos.

A formação da UCP não conta com a presença de nenhum servidor efetivo do Estado de Sergipe, com risco de descontinuidade futura dos trabalhos por eventuais mudanças na Administração e sem garantias de incorporação do conhecimento adquirido à estrutura permanente do Ente.

Cabe à UCP, portanto, em nível regional, o papel de protagonista com as atribuições precípua de coordenar, administrar e supervisionar a execução do Programa, com base no item 3 contrato de empréstimo firmado entre o Estado de Sergipe, como mutuário, e o BID como Agente financiador .

Quanto à organização de procedimentos internos e identificação de processos críticos na gestão do programa, foram constatados o mapeamento dos processos de pagamentos com recursos do PRODETUR e instrução e encaminhamento de processos licitatórios para PGE – Procuradoria Geral Do Estado, sendo recomendável a elaboração do fluxograma do processo de aquisição e celebração de contratos e aditivos, de regularização fundiária e licenciamento ambiental de Obras.

### 1.2 A Gerenciadora

A Gerenciadora assessora a UCP nos procedimentos necessários à implantação do PRODETUR/SE CONTRATO DE EMPRESTIMO PO-2984 OC-BR, em consonância com as Normas e Processos Estabelecidos pela Secretaria de Turismo do Governo de SERGIPE , com as Disposições Especiais e Normas Gerais integrantes do Contrato de Empréstimo a ser firmado com o BID e com os demais instrumentos institucionais/legais vigentes nos diversos setores envolvidos com o Programa.

As atividades de Assessoria técnica ao Gerenciamento e Supervisão da Unidade de Coordenação de Projetos – UCP/SE-PRODETUR, do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL no Estado de Sergipe, tendo por objetivo o cumprimento das atribuições da UCP/SE-PRODETUR na execução das ações a serem implementadas no âmbito do mencionado Programa, incluindo os serviços de monitoramento contínuo, supervisão de obras e de elaboração da avaliação final do Programa, observadas as normas e especificações para ele estabelecidas.

A Gerenciadora atua de forma integrada com a UCP, respondendo também no apoio e elaboração de todas as informações no contexto do gerenciamento e acompanhamento do PRODETUR NACIONAL, assim como, pelo: planejamento e controle geral do Programa; registro e controle administrativo para cumprimento de cláusulas contratuais firmados entre o Estado de SERGIPE e BID; controle e registro contábil das movimentações financeiras do Programa; monitoramento institucional, particularmente em relação ao programa de treinamento; e avaliação das implicações legais do Programa, em relação à execução do empreendimento.

As atividades desenvolvidas estão consolidadas em 09 (Nove ) grupos:

- Sistema de Gestão e Monitoramento do Projeto.
- Atividades de Apoio à Coordenação Geral e Gerenciamento
- Atividades Relacionadas ao Planejamento e Monitoramento da Implantação do Programa
- Atividades Relacionadas à Transferência de Conhecimento e Tecnologia
- Atividades Relacionadas ao Suporte Técnico
- Atividades de Supervisão e Fiscalização
- Atividades relacionadas ao Suporte Administrativo e de Aquisições
- Atividades Relacionadas ao Suporte Financeiro
- Atividades Relacionadas ao Suporte Ambiental

### **1.3 Gestão Orçamentária e Financeira**

Do ponto de vista orçamentário, as ações do PRODETUR – SERGIPE estão previstas como projetos inclusos ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD da SETESP, cuja fonte tem codificação 0291 – operações de crédito externo, discriminadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado de Sergipe.

A gestão orçamentária e financeira do programa é realizada através dos sistemas informatizados G-Pro e i-gesp, os quais exigem permanente compatibilização e conciliação. O sistema G-Pro faz parte do rol de produtos a serem entregues pela gerenciadora contratada (COBRAPE) e o sistema i-gesp é a ferramenta tecnológica do Estado de Sergipe para execução orçamentária e financeira de todas as unidades gestoras do Ente, inclusive a Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer – SETESP.

A operação do sistema i-gesp, realizada pela Diretoria de Administração e Finanças – DAF da SETESP, consiste no cumprimento dos estágios da despesa pública, que são o empenho, liquidação e pagamento, com processos relativos à vinculação da dotação orçamentária dos respectivos créditos orçamentários, seguido da verificação do implemento de condição, atestando-se a realização do produto ou serviço contratado ou do material fornecido que é condição necessária para o pagamento da despesa. Essas tarefas envolvem diversos atores como fornecedores, UCP, Gerenciadora (COBRAPE), SETESP e Secretaria da Fazenda (Núcleo Fazendário).

Aconteceram dois desembolsos do BID, cujas conversões de moedas foram feitas através da Caixa Econômica Federal, conta corrente 0059.006.414-7, cuja titularidade disposta em extrato é o ESTADO DE SERGIPE – ADMIN, com transferência de recursos para o BANESE, conta 014.024.406708-0 de titularidade ESTADO DE SERGIPE.

O primeiro desembolso, na forma de antecipação de recursos, aconteceu em 10/11/2014, no valor de R\$ 3.488.018,63 (US\$ 1,383,750.00) com cotação do dólar americano em R\$ 2,5207. A transferência da conta da CAIXA para o BANESE foi realizada no dia 24/11/2014, no valor de R\$ 3.344.708,57, ou seja, os recursos não foram transferidos em sua totalidade, registrando-se uma diferença de R\$ 143.310,06 a ser repassada ao banco BANESE, justificada como sendo um bloqueio judicial na conta da CAIXA.

Esta diferença de R\$ 143.310,06 fora repassada ao BANESE em três parcelas durante o mês de maio, sendo R\$ 66.040,87 (14/05/2015), R\$ 38.454,03 (19/05/2015) e R\$ 38.815,16 (20/05/2015), acrescidos dos rendimentos do período de R\$ 6.660,09 (14/05/2015).

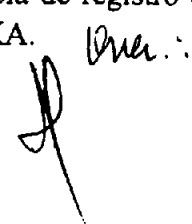
Não há registros de rendimentos financeiros entre a data de crédito na conta da CAIXA (10/11/2014) e a data de transferência da CAIXA para o BANESE em 24/11/2014.

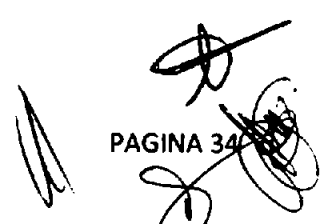
O segundo desembolso, também na forma de antecipação de recursos, aconteceu em 24/12/2015, no valor de R\$ 8.964.260,00 (US\$ 2,258,000.00) com cotação do dólar americano em R\$ 3,9700. Houve uma transferência parcial de R\$ 1.400.000,00 no dia 29/12/2015, cuja diferença fora repassada somente em 2016, objeto do próximo relatório de auditoria. Novamente, não há registros de rendimentos financeiros entre a data do crédito na conta da CAIXA e a data de transferência para o BANESE. Também não há justificativas sobre a motivação da transferência parcial dos recursos para o BANESE.

Quanto à conciliação de saldos bancários em 31/12/2015, há que se registrar que no extrato bancário da conta da CAIXA, há um saldo de R\$ 7.577.325,27, enquanto que o demonstrativo da conciliação dos recursos antecipados pelo Banco, há o apontamento de R\$ 7.564.260,00 (R\$ 8.964.260,00 – 1.400.000,00). **A diferença de R\$ 13.065,27 foi justificada em relato como sendo de origem “desconhecida”, cuja movimentação da conta é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda.**

Quanto à conciliação de saldo bancários em 31/12/2015, há que se registrar que no confronto entre a conta corrente do BANESE (014.024.406708-0) e o demonstrativo da conciliação dos recursos antecipados pelo BID, há uma diferença de R\$ 65.375,15 referente à retenções de processos de pagamento de fornecedores, não recolhidas a tempo de serem subtraídas dos saldos bancários naquela data. A Nota explicativa nº 03 retrata esta diferença.

Sendo assim, o histórico dos desembolsos, na forma de antecipação de recursos, efetuados em 10/11/2014 e 24/12/2015, revelam deficiências na gestão dos recursos financeiros como: i) conta corrente da CAIXA que não é exclusiva para movimentação de recursos, cuja titularidade diferente do PRODETUR/SETUR permitiu bloqueios judiciais e trânsito de recursos de outras origens, o que dificulta a movimentação, prestações de contas e conciliações de saldos bancários ii) transferências parciais de valores da CAIXA para BANESE iii) transferências intempestivas de recursos da conta da CAIXA para BANESE, ou seja, muitos dias após o crédito do desembolso, iv) ausência de registro de rendimentos financeiros durante a permanência dos recursos na conta da CAIXA.

*Prer.:*  


  
PAGINA 34

**Comentário do Gestor :** Foi observado este atraso e encaminhado Ofício a Secretaria da Fazenda, que se prontificou a corrigir o problema detectado.

**Recomendação dos auditores:** Que sejam adotadas medidas administrativas para transferência imediata dos recursos e utilização de contas bancárias exclusivas para conversão dos recursos do projeto.

#### **1.4 Acompanhamentos e Avaliações Relativas a 31/12/2015**

Quanto ao acompanhamento gerencial detalhado de componentes, ações e prazos, está sendo desenvolvido o PEP – Plano Executivo do Projeto, uma planilha eletrônica (Excel), que terá a função de detalhar e consolidar a Matriz Geral de Investimentos do programa.

**Conforme relatório de avanço de Dezembro / 2015 estava previsto para o período um gasto de US\$ 7.145.660,00 ( Recurso BID + Contrapartida ) tendo sido realizado US\$ 1.826.868,00, ou 25,57 % do previsto para este exercício.**

Quanto aos valores de investimentos acumulados como custos indiretos com recursos do BID, no componente 2.01 - Administração e Gestão, importaram em R\$ 1.027.411,49, ou seja, 20,14% dos valores previstos no orçamento para este item (R\$ 5.100.000,00), ao passo que foram desembolsados apenas R\$ 358.453,20 nos componentes finalísticos 1 e 4.

No acumulado 2014/2015, o componente 2.01 - Administração e Gestão apresentou um investimento acumulado de R\$ 1.342.392,74, que significa 26,32% do previsto no orçamento para este item.

**Sendo assim, a evidência é que o Programa apresentou, até 31/12/2015, maior volume de desembolsos com a administração do Programa em comparação com as atividades finalísticas. Esses gastos estiveram concentrados nos pagamentos relativos à Gerenciadora.**

Caracteriza-se como risco a tendência ao atraso na execução de componentes dos custos diretos com o eminente risco de aportar novos recursos aos custos indiretos relativos à administração do programa, indicando a necessidade de aprimoramento dos procedimentos de planejamento e controle do programa de forma a melhorar o desempenho de execução do mesmo.

No atual estágio de execução, o protagonismo da UCP deverá ser mais ativo na gestão do programa e dos prazos para que as ações planejadas sejam materializadas, dentro da vigência programada (até 2018), sob pena do aumento dos custos indiretos para o Estado e atrasos nos objetivos do PRODETUR e, conseqüentemente, da política estadual de turismo.

**Comentário do gestor:** A Gestão atual da UCP iniciou suas atividades a partir de Agosto / 2015 e está adotando medidas administrativas para reverter e acelerar a execução do programa, como exemplo citamos o andamento de 22 processos licitatórios em diversos componentes do programa.

**Recomendação:** Que procure atender ao previsto na Matriz de Investimentos e no Plano de Aquisições aprovado para o período. *Uma:*

## 1.5 ATIVIDADES DA GERENCIADORA

A COBRAPE – CIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS, Foi a Empresa contratada para desenvolver as atividades de Assessoria técnica ao Gerenciamento e Supervisão da Unidade de Coordenação de Projetos – UCP/SE-PRODETUR, do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL no Estado de Sergipe.

Esta auditoria, com base no termo de referencia incluso na SDP Nº: 001/2014 , procurou avaliar o desempenho da contratada no atendimento aos nove grupos de atuação estabelecidos no escopo de sua contratação, registrando os seguintes achados da Auditoria :

### a) Atividades Relacionadas ao Planejamento e Monitoramento da Implantação do Programa.

Nesta áreas as atividades da GERENCIADORA compreendem a Elaboração do planejamento fisico-financeiro de execução do Programa, com base nos marcos contratuais estabelecidos no Contrato de Empréstimo com o BID, sendo esta a responsável pelo apoio a UCP na elaboração dos seguintes documentos: Plano de Execução, Matriz de Investimento, cronograma de aquisições e detalhamento dos Fluxos Operacional e Financeiro de Recursos de todos os componentes do Programa; apoiar a execução e monitoramento das obras, avaliar o grau de avanço do planejamento da implantação dos componentes, e Consolidar as projeções fisicas e financeiras da implantação do PRODETUR NACIONAL/SE, atualizando-as sempre que necessário.

Verificamos a implementação e acompanhamento do Plano de Aquisições tanto do período 2015 quanto para o período 2016 cuja não objeção por parte do BID foi concedida em 11/03/2016 , constituindo este um planejamento de curto prazo do programa.

Com relação ao planejamento a longo prazo identificamos a existência do **PEP – Plano executivo do projeto** que teria a função de detalhar e consolidar a Matriz Geral de Investimentos do programa. Com a análise deste documento, que ainda encontra-se em fase preliminar de elaboração, verificamos que alguns **componentes ainda não foram detalhados e nem planejados em termos de prazo e custo de execução**, cita-se por exemplo a atividade 5.2 Implantação de sistema de esgotamento sanitário em pontos turísticos chaves. Para este componente - o PEP no item 5.2 8 prever a execução de varias ações para o ano de 2016 e 2018 , sendo que algumas já em andamento como a construção da orla de Canindé e a contratação do sistema de esgotamento do Crasto, apesar de constarem no PEP não estão devidamente planejados em termos de tempo e custo.

Constatamos que a planilha PEP e uma planilha eletrônica quando seria recomendável a utilização de um sistema de gestão de projetos , com detalhamento de atividades, definição dos responsáveis pela execução de cada tarefa, prazos de execução, precedência, dependências de atividades , caminho critico do projeto e um acompanhamento do tipo previsto x realizado que permita ter uma visão global da execução e do avanço do Prodetur.

**Comentário do Gestor :** O PEP já esta em fase de conclusão para validação no período de 02 a 06 de maio de 2016.

**Recomendação :** Que se implemente um planejamento e acompanhamento de ações a longo prazo do programa.

**b . Atividades Relacionadas ao Suporte Técnico / Planejamento**

Neste item a equipe de auditoria identificou que os procedimentos de análise técnica dos projetos de Arquitetura e Engenharia contratados a terceiros e no tocante ao atendimento a requisitos de qualidade, compatibilidade, atendimento a normas técnicas e ambientais, além de requisitos específicos do programa não estão sendo feitos através de procedimentos padronizados e formulários apropriados que permita a sistematização destas ações e a rastreabilidade adequada, gerando inclusive um banco de dados de lições aprendidas que permitiria uma retroalimentação do processo.

**c . Atividades Relacionadas ao Suporte Técnico / Projetos**

Verificamos que a UCP/ PRODETUR solicitou a Gerenciadora a execução direta dos projetos da orla de Curralinho/ Município de Poço Redondo , Praça de Eventos de Nossa Senhora do Socorro/SE , Prainha de Nossa senhora do socorro/SE , e atracadouro do POVOADO Mosqueiro município de Aracaju/SE .

A equipe de auditoria entende que esta atividade não esta prevista no termos de referencia de contratação da gerenciadora, além de entrar em conflito com as suas próprias atribuições previstas no item 4.1.5 do termo de referencia da SPD 01/2015, a saber :

*4.15 Monitorar a elaboração dos projetos de engenharia e verificar a suficiência de dados necessária para a aprovação junto ao Banco e Regulamento Operativo e respectiva contratação das obras e serviços de consultoria;*

Conforme correspondência 66/2015 PRODE de 23 /10/2015, que foi respondida pela COBRAPE em 23/12/15 pela correspondência 5231-COB 035/2015 onde foram estimados os seguintes custos para elaboração destes projetos : *ver. .*

Item	Quantidade	Valor	Total
Especialista sênior	1.740,00 horas	215,68	375.283,20
Especialista Pleno	3.840,00 horas	150,98	579.763,20
			955.046,40

**Desta forma entendemos haver conflito de interesses entre a atividade de Monitorar a elaboração dos projetos e executar os próprios projetos, motivo pelo qual recomendamos que este procedimento seja evitado.**

Comentário do Gestor : As contratações tiveram como motivação a formalização da UCP / PRODETUR para implementações relacionadas a Matriz de Investimentos conforme previsto nos termos de referencia da gerenciadora. E a contratação decorreu de uma consulta e aprovação do BID para utilização das horas da equipe eventual nesta ação. Razão pela qual entende não haver conflito de interesses

Recomendação : Que para os futuros projetos sejam executados por meio de processo normal de aquisições do programa conforme já incluído no plano de Aquisições.

#### **d . Atividades Relacionadas ao Suporte Técnico / Manutenção de Registros das Obras**

A gerenciadora também tem como atividade Manter os registros permanentes dos quantitativos de cada uma das obras do empreendimento, comparando-se os volumes previstos no projeto de engenharia original em relação aos executados.

Identificamos a necessidade da implementação de um controle sistemático de arquivamento em meio eletrônico dos boletins de medições, relatórios mensais , diários de obras e outros documentos técnicos vinculados a execução e controle mensal dos contratos. De forma similar verificamos a necessidade de implantação de sistema de registro das alterações contratuais / aditivos de forma a que as falhas identificadas em um projeto/obra possa servir como lições aprendidas para atividades futuras .

**Comentário do gestor :** A contribuição dos auditores e bem vinda e será implementada ou dentro do sistema de gerenciamento do programa ou Site do programa dependendo da suas configurações de hospedagem.

#### **e . Atividades de Supervisão e Fiscalização**



Constatamos a necessidade de regularização da equipe de fiscalização (engenheiro pleno) e da própria COBRAPE perante o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. O Engenheiro Pleno responsável pela fiscalização das obras da Orla de Canindé do São Francisco ainda não registrou a ART- Anotação de Responsabilidade técnica perante o CREA conforme determina a LEI 6496/77.

Esta Providencia ( Registro e ART ou RRT ) também cabe ao Coordenador Operacional da UCP que atesta os boletins de medição da obra em conjunto com a gerenciadora

Comentário do Gestor : Já esta providenciado

**f. Atividades relacionadas ao Suporte Administrativo e de Aquisições**

Constatou a equipe de auditoria que no tocante as atividades de apoio aos procedimentos de catalogação e ao sistema de arquivo dos documentos técnicos, ainda não foram implementados procedimentos padronizados, tornando necessária ações para adequação desta atividade.

Comentário do Gestor : O procedimento existe e esta na rede interna Da UCP.

**g. Atividades Relacionadas ao Suporte Ambiental**

Constitui atividade da Gerenciadora : Apoiar o Monitoramento para obtenção de licença prévia, de instalação e de operação dos empreendimentos do PRODETUR NACIONAL/SE.

Neste ponto constatamos uma vulnerabilidade importante do sistema de gestão uma vez que as atividade de licenciamento são desenvolvidas de forma isolada, projeto a projeto, sem que exista um controle central das obras que precisam ser licenciadas, bem como um planejamento global das tarefas de licenciamento integradas a matriz de investimentos, ao PA- Plano de Aquisições e ao PEP – Plano de execução do projeto.

Constatamos que a obra da orla de Canindé possui licença de instalação relativa apenas às obras de esgotamento sanitário, que os serviços de urbanização ainda estão pendentes de licenciamento Ambiental, existindo apenas um protocolo de Formação de Processo e entrada de documentação no Órgão Ambiental Estadual.

Identificamos, também, como risco ao programa a regularização fundiária das áreas que sofreram a intervenção, não constatamos no planejamento atividades para seleção e regularização destas áreas.

A Orla de Canindé do São Francisco possui apenas um título provisório de posse do terreno emitido pela CHESF, devendo o programa avaliar a competência desta para conceder a liberação da área ou se esta competência não seria da UNIÃO, por esta situada as margens do Rio São Francisco de Jurisdição Federal.

**Comentários Gestor :**

Quanto ao TERMO DE CESSÃO PELO SPU – A obra foi iniciada com a autorização do município de Canindé, nos apresentando o documento de cessão de área pela

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), o que houve a não objeção pelo BID. Nos meses iniciais da obra, o Ministério Público notificou a SETESP a respeito do referido documento, tendo notificado a Prefeitura Municipal de Canindé para que a mesma providenciasse a cessão da área pela SPU. Mesmo assim, apesar de ser responsabilidade da Prefeitura Municipal de Canindé, a SETESP vem trabalhando em paralelo para que a SPU emita a referida cessão.

LICENÇA DE INSTALAÇÃO AMBIENTAL DA OBRA – O processo vem se encaminhando desde o início da obra, última informação que recebemos da ADEMA era que a licença estaria sendo emitida até o dia 02 de maio de 2016.

#### **1.6 visitas físicas a projetos ou subprojetos em execução**

##### **a) Dados da Obra inspecionada**

No dia 25/04/2016 foi realizada visita de campo as obras da Orla de Canindé do São Francisco / SE .

Empresa Contratada : Heca comercio e Construções Ltda

CNPJ: 13.173.885/0001-72

Valor inicial do contrato R\$ 6.633.884,61

Data Assinatura 30/setembro/2015

Ordem de Serviço datada de 01/10/2015

Prazo de execução 12 meses

Executado Até 25/02/2016 – R\$ 3.484.587,25

Valor Atualizado do contrato ;R\$ 8.129.110,55 ( acréscimo de 22,54 % )

##### **b- Quanto a execução física- financeira**

A execução física da obra apresenta um executado de 42,87 % compatível com o cronograma proposto até o período auditado.

Quanto a execução financeira chama atenção o percentual de aditivos executados até o momento no montante de 22,54 % do valor contratado. Conforme verificado na inspeção de campo e conforme depoimento da equipe de execução da obra e da Gerenciadora , a justificativa foi a **baixa qualidade dos projetos, falta de compatibilidade entre projeto e planilha, falta de detalhamento de muitas partes do projeto ( Exemplo projeto de terraplenagem )** .

Como consequência desta deficiência verificamos a grande variação entre o valor Orçado pela prefeitura e licitado pela UCP/PRODETUR para execução da obra de R\$ 5.827.258,34 , Valor contratado de R\$ 6.633.884,61 , e um custo atual com aditivos de R\$

8.129.110,55 , uma diferença a mais de R\$ 2.301.852,21 em relação ao valor inicialmente previsto para este componente do projeto.

**Comentário do Gestor:** A UCP adotou procedimentos de controle para garantir que os processos somente sejam quando acompanhados de todos os documentos exigidos ( ART, Licenças Ambientais , liberações de áreas , etc. ) .

**c ) Quanto a execução física da obra**

Alguns pontos verificados merecem destaque :

Serviços de pavimentação em paralelepípedo sendo executados em desacordo com as normas técnicas e especificação da obra pela falta de compactação da sub-base e falta de execução de sub-base estabilizada conforme previsto na planilha orçamentária. Também não constatamos a execução do colchão de Areia, sendo utilizado material da própria escavação.

Não foram identificados elementos que comprovem a existência de rede de abastecimento de água, devendo o Prodetur verificar com a Companhia de Saneamento de Sergipe -DESO a viabilidade de abastecimento de água potável , e de energia com Distribuidora ENERGISA .

**Comentários do gestor :** A empreiteira já foi notificada e não haverá custo para o contratante em caso de retrabalho.

**d ) Sistema de esgotamento sanitário**

Encontra-se em fase de conclusão a estação de tratamento de esgotos e rede de coleta , neste ponto identificamos como uma vulnerabilidade da estação de tratamento a falta de previsão de construção de um muro de alvenaria para fechamento da área , uma vez que esta sendo executada apenas uma cerca de arame , deixando muito suscetível a ação de vandalos.

Também não existe a previsão de uma guarita e/ou sala de operação da estação de tratamento de esgoto.

Não identificamos um termo de convenio com a Prefeitura Ou Companhia de Saneamento para operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário após a entrega da obra.

**e ) Aspectos sociais**

Constatamos a existência de uma comunidade localizada em frente ao lote da Orla de Caninde que possui uma condição precária de saneamento básico e que poderia ser contemplada de forma integrada a intervenção. Para Esta Localidade esta previsto apenas a execução de uma rede de esgotos em um local onde não existe abastecimento regular de água encanada , não existe sistema de drenagem e as ruas não são pavimentadas .

**f) Aspectos Ambientais**

O lançamento final do sistema de tratamento de esgotos é o próprio Rio São Francisco a cerca de 1.000 metros da orla , um risco ambiental, caso exista uma falta de manutenção ou mesmo uma ineficiência do sistema de tratamento, não identificamos ação mitigadora para este problema.

## **CAPITULO IV - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTÁBIL E FINANCEIRAS**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTÁBEIS E FINANCEIRAS**

Ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (Prodetur Nacional/SE).

Realizamos uma auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa e da Demonstração de Investimentos Acumulados referentes aos anos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2015, correspondentes ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (Programa Prodetur Nacional/SE), financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Contrato de Empréstimo 2984/OC-BR (BR-L1256), e contrapartida do Governo de Estado de Sergipe, executado pela Secretaria de Estado de Turismo, agora denominada de Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte, sob a responsabilidade da UCP do Programa, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de 28 de abril de 2016.

Em conexão com nossa auditoria, realizamos um serviço de asseguarção razoável sobre o cumprimento das cláusulas das Disposições Especiais nº 1.01; 1.02; 1.03; 1.04; 1.05; 1.06; 1.07; 1.08; 1.09; 2.01; 2.02; 3.01; 3.02; 3.03; 3.04; 3.05; 4.01; 4.02; 4.03; 4.04; 4.07; 4.09 e 5.01; e nas Normas Gerais contidas nos Artigos 4.01 ;4.03; 4.09; 7.02; 7.03; 7.04; 8.01; e 8.03, de caráter contábil e financeiro descritos no Contrato de Empréstimo nº 2984/OC-BR.


#### **Responsabilidade da administração sobre o cumprimento das cláusulas e dos artigos contratuais**

A Administração do Programa é responsável pelo cumprimento das cláusulas e artigos contratuais descritos acima e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir o cumprimento dessas cláusulas e artigos contratuais de acordo com as circunstâncias.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**


Realizamos nosso trabalho em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria e os requerimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Estas normas exigem o devido planejamento e realização da auditoria para obtermos uma segurança razoável de que a Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte cumpriu as cláusulas pertinentes do contrato de empréstimo e as leis e os regulamentos aplicáveis, bem como as disposições contidas no Regulamento Operativo do Programa. A auditoria inclui o exame, baseado em provas, da evidência apropriada. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa opinião.

#### **Opinião**

 *Phu...*

Em nossa opinião, durante os anos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte cumpriu, em todos os seus aspectos substanciais, as cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Contrato de Empréstimo nº 2984 /OC-BR para o Programa, e as leis e os regulamentos aplicáveis.

Em nossa opinião, exceto pelas cláusulas 4.04 e 6.05 das Disposições Especiais e 8.03 das Normas Gerais, não tivemos conhecimento de fatos ou eventos que impliquem o descumprimento ou a violação, por parte do Executor, dessas cláusulas ou disposições de caráter contábil e financeiro.

 *Man.:*

**ANÁLISE SOBRE O CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES CONTRATUAIS DE  
CARÁTER CONTÁBIL E FINANCEIRO**

**INSTRUMENTO: CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2984/OC-BR**

**DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

**Capítulo I**

**O Empréstimo**

**Cláusula 1.01. Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo:**

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID se compromete a conceder ao Mutuário (Estado de Sergipe) um empréstimo no montante de até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) como contribuição para o financiamento do Projeto.

Em 2014 e 2015 o Banco repassou, respectivamente, os montantes de US\$ 1,383,750.00 e US\$ 2,258,000.00, perfazendo um total de US\$ 3,641,750.00, correspondentes a 6,07% do total do empréstimo.

A cláusula permanece inalterada.

**Cláusula 1.02. Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos:**

Dois desembolsos foram efetuados pelo Banco através dos pedidos nº 01/2014, através do Ofício Externo nº 198/2014 e nº 04/2015 (adiantamento de recursos) e realizados em dólar dos Estados Unidos da América.

**Cláusula 1.03. Disponibilidade de moeda:**

Se o Banco não tiver acesso à moeda única pactuada, este, em acordo com o Mutuário e com a não objeção do Fiador, desembolsará em outra Moeda Única que julgue apropriada.

Os desembolsos efetuados até 31 de dezembro de 2015 pelo BID têm sido realizados em dólar dos Estados Unidos da América.

**Cláusula 1.04. Prazo para desembolsos:**

O prazo de 5 (cinco) anos para desembolso dos recursos do Empréstimo, contados da data de entrada em vigor do Contrato, permanece inalterado.

**Cláusula 1.05. Cronograma de Amortização:**

O empréstimo deverá ser amortizado pelo Mutuário em 40 (quarenta) pagamentos semestrais e consecutivos, cujo primeiro ocorrerá em 15 de março de 2016 e o último até 15 de setembro de 2038. *Uma...*

**Cláusula 1.06. Juros:**

O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente, nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, a partir de 15/03/2014.

Não houve pagamento de juros em 2014.

O Mutuário pagou juros em 12/03 e 11/09/2015, os montantes de US\$ 5,604.76 e US\$ 8,294.92, respectivamente.

Os valores pagos no exercício foram pagos nos prazos estabelecidos.

**Cláusula 1.07. Comissão de Crédito:**

O Mutuário pagará sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo uma comissão de crédito que não excederá a 0,75% ao ano, que começará a vigorar 60 (sessenta) dias após a assinatura da data do contrato.

No período sob exame, foram pagas comissões de crédito em 19/03 e 11/09/2014 e em 12/03 e 11/09/2015, nos montantes de US\$ 11,095.89, US\$ 75,616.44, US\$ 73,132.50 e US\$ 73,872.53, respectivamente, de conformidade com a taxa determinada pelo banco.

**Cláusula 1.08. Recursos para Inspeção e Supervisão:**

Até 31 de dezembro de 2015, o Banco não estabeleceu cobranças relativas a inspeção e supervisão gerais.

**Cláusula 1.09. Conversão:**

Até 31 de dezembro de 2015, o Mutuário não solicitou ao Banco conversão de moeda ou de taxa de juros.

**Capítulo II**

**Custos do Projeto e Recursos Adicionais**

**Cláusula 2.01. Custo do Projeto:**

Custo total do Projeto está estimado em quantia equivalente a US\$ 100,000,000.00 sendo: US\$ 60,000,000.00 financiados pelo Banco e US\$ 40,000,000.00 com recursos do Mutuário.

O custo total permanece inalterado.

**Cláusula 2.02. Recursos Adicionais:**

O valor dos recursos adicionais que o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente, para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimada em quantia equivalente a US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares).

Segundo o Demonstrativo de Fluxos de Caixa de 2015, o Mutuário aplicou no Programa em 2014 e 2015 os montantes de US\$ 6,867,360.60 e US\$ 361,512.59, respectivamente, num total de US\$ 7,228,873.19, representando 18,07% do total de recursos estimado do Contrato.

O valor permanece inalterado.

### **Capítulo III**

#### **Uso dos Recursos do Empréstimo**

##### **Cláusula 3.01. Utilização dos Recursos do Empréstimo:**

Os recursos do Empréstimo, até 31 de dezembro de 2015, foram utilizados para o pagamento de bens e serviços contratados de conformidade com as Cláusulas 4.01 e 4.04 das Disposições Especiais.

##### **Cláusula 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso:**

Conforme informado na cláusula 3.02 das Disposições Especiais, as condições prévias ao primeiro desembolso foram consideradas pelo BID como atendidas através da CBR-4511/2013 de 12 de dezembro de 2013.

##### **Cláusula 3.03. Reembolso de despesas a débito do Empréstimo:**

Não houve solicitação de despesas que tenham sido efetuadas anteriormente à data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

##### **Cláusula 3.04. Prazo para o início material das obras:**

O prazo para o início material das obras compreendidas no projeto será de 4 (quatro) anos, contados a partir da vigência do presente contrato.

O prazo permanece inalterado.

##### **Cláusula 3.05. Taxa de câmbio:**

Para estabelecer a equivalência em dólares de um gasto que seja efetuado à moeda do país do Mutuário será utilizado a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário (Artigo 4.09 (a)(i), da Normas Gerais do Contrato).

A conversão dos desembolsos solicitados para a moeda do Mutuário (Reais) corresponde à taxa de câmbio de internalização a qual foi negociada no momento da operação de compra na mesa de operações da Caixa Econômica Federal, conforme os Contratos de Câmbio nº 125629983, de 06/11/2014 (2,5207) e 133699345, de 22/12/2015 (3,97).

Em relação às despesas pagas no Programa, estas estão sendo convertidas em dólares dos Estados Unidos da América (US\$) pela taxa de câmbio utilizada quando da internalização do



recurso, conforme mencionado acima, até o limite do montante convertidos em reais, ou seja, pela taxa vigente no dia em que os recursos ingressaram em conta.

Com relação ao segundo desembolso, em 31/12/2015, restava justificar o montante de US\$ 1,940,904.09.

Para fins de reembolso de gastos a débito do Empréstimo e de reconhecimento de gastos a débito do Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco (Artigo 4.09 (a)(i), da Normas Gerais do Contrato).

A conversão de gastos a débito do Aporte Local corresponde à taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco.

## **Capítulo IV**

### **Execução do Projeto**

**Cláusula 4.01. Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens:**

As contratações de obras e serviços, analisados por amostragem, estão sendo efetuadas de acordo com as Políticas de Aquisições do Banco (GN - 2349-9) e em conformidade com o plano de aquisições modificados.

**Cláusula 4.02. Manutenção:**

O Mutuário se compromete a conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Programa, de acordo com as normas técnicas geralmente aceitas, e apresentar ao Banco, até 3 anos após o vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas extensões e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção.

Cláusula permanece inalterada.

**Cláusula 4.03. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local:**

Em 2015, através da Solicitação de Desembolso n 2, foram apresentados gastos anteriores à data da assinatura do Contrato de Empréstimo no montante de US\$ 597,038.89.

**Cláusula 4.04. Seleção e contratação de serviços de consultoria:**

No período sob exame, a UCP/SE/PRODETUR realizou, por amostragem, de acordo com as disposições estabelecidas nas Políticas de Seleção e Contratação de Consultoria (GN-2350-9): 01 (uma) seleção SQC para contratação de empresa com fins de capacitação profissional e empresarial para o turismo (SENAC); 02 seleções CI para contratação de empresa com fins de diagnóstico e plano de ação para educação e sensibilização ambiental e para diagnóstico do sistema de informações turísticas (RICARDO AUGUSTO BRAUN e PEDRO ARAMBURU,

respectivamente); 01 (uma) LPN para contratação de empresa de construção da orla e do sistema de esgotamento sanitário de Canindé; e, 01 (uma) seleção baseada, inicialmente, no método de Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC) para contratação do serviço de apoio ao gerenciamento da UCP (COBRAPE), no montante R\$ 14.401.167,80 e prazo de 52 meses (CBR – 2521/2014, fls. 1765; Contrato n 01/2014 – SETUR/PRODETUR, III – Condições Especiais do Contrato, itens 2.4 e 6.1 (b)).

Com relação a essa ultima contratação, por proposta feita por uma das empresas (CBR – 1000/2014), o Banco deixou a decisão a cargo da Comissão de Licitação em aceitar ou não a associação de empresas para fins de participação na seleção. Em aceitando, que foi o caso (fls. 1588/1595), o método de seleção deveria ser alterado para uma Seleção Baseada na Qualidade (SBQ). O Banco deu a não objeção através da CBR 1667/2014. A alteração não foi objeto de apreciação pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

#### **Cláusula 4.07. Sistema de Gestão e Monitoramento do Projeto:**

Em fase de cumprimento. Encontra-se implantado o sistema computadorizado de gestão e monitoramento de projetos que contempla um sistema informatizado de gestão de projetos (GPro), a ser operado pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, integrando: (i) programação de atividades específicas; (ii) acompanhamento físico e financeiro dos componentes do Programa; e (iii) monitoramento e controle periódico dos produtos e avanços da operação. Através do qual serão gerados, também, os pedidos de desembolsos e demonstrativos financeiros do Programa a serem encaminhados ao BID.

Porém, foi verificado que a ferramenta de planejamento das atividades do projeto resume-se a uma planilha eletrônica, quando seria recomendável a utilização de um sistema de gestão de projetos, com detalhamento de atividades, definição dos responsáveis pela execução de cada tarefa, prazos de execução e um acompanhamento do tipo previsto x realizado que permita ter uma visão global da execução e do avanço do projeto.

#### **Cláusula 4.09. Condições especiais de execução:**


Não aplicável.

### **Capítulo V**

#### **Supervisão**

#### **Cláusula 5.01. Registros, inspeções e relatórios:**

Os registros das operações, relatórios e demonstrações financeiras estão sendo efetuados conforme determina o capítulo VIII das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 2984/OC-BR.

 *Unu...*

### **Capítulo VI**

## **Disposições Diversas**

### **Cláusula 6.01. Vigência de Contrato:**

O contrato começou a vigorar a partir da data de sua assinatura, ou seja, 18 de dezembro de 2013.

### **Cláusula 6.04. Comunicações:**

Os avisos, solicitações ou comunicações que as partes enviaram uma a outra, reciprocamente, foram por escrito, de conformidade com o estipulado nessa cláusula.

### **Cláusula 6.05. Correspondência:**

Não Constatamos o envio pelo Mutuário à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão das cópias das correspondências relativas ao Programa.

## **NORMAS GERAIS**

### **Capítulo IV**

### **Normas Relativas a Desembolsos, Renúncia e Cancelamento Automático do Empréstimo**

#### **Artigo 4.01 . Condições prévias ao primeiro desembolso:**

Conforme informado na cláusula 3.02 das Disposições Especiais, as condições prévias ao primeiro desembolso foram consideradas pelo BID como atendidas através da CBR-4511/2013.

#### **Artigo 4.03. Requisitos para qualquer desembolso:**

A UCP vem solicitando recursos por intermédio de pedidos de desembolso por escrito e em consonância com as exigências deste artigo, conforme os formulários de solicitações de desembolso de nº 01 (Ofício Externo 198/2014) e 04 (Ofício Externo 89/2015).

#### **Artigo 4.09. Taxa de Câmbio:**

Vide comentário da Cláusula 3.05 das Disposições Especiais.

#### **Artigo 7.02. Seleção e Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria:**

Vide comentário da Cláusula 4.01 das Disposições Especiais.

#### **Artigo 7.03. Utilização de Bens:**

*[Assinatura]*

Não aplicável. Até 31/12/2015 o Programa não havia adquirido bens.

**Artigo 7.04 (b). Recursos Adicionais:**

(a) Vide comentário da Cláusula 2.02 das Disposições Especiais; (b) Não foi constatado a CBR do Banco quanto à Demonstração de Recursos de Contrapartida Local do exercício de 2015, apenas o Ofício 14/2015, de 24/04/2015, enviado ao Banco pelo Coordenador Geral da UCP demonstrando o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD).

**Artigo 8.01. Sistema de Informação Financeira e Controle Interno:**

O Mutuário manteve estrutura de Controle Interno aceitável frente ao montante dos desembolsos registrados nas Demonstrações Financeiras do Programa, porém deficiências e oportunidades de melhoria podem ser identificadas no Relatório de Avaliações de Controle Interno.

Consideramos que a Cláusula está em processo de cumprimento.

**Artigo 8.03. Relatórios Semestrais de Progresso:**

Não foi constatado a comprovação do envio ao Banco de todos os relatórios de progresso do Programa ( PMR) . *Mem...*

## CONCLUSÃO

Em resposta aos achados apontados a UCP, através de reunião realizada em 28/04/2016 , manifestou-se acatando as recomendações e se comprometendo a realizar os ajustes e reclassificações necessários, o que culminou com a emissão de novas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, livres de erros e incorreções.

De acordo com a nossa opinião emitida no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas, Cumprimento de Clausulas contratuais e relativos aos controles internos as Demonstrações Financeiras são adequadas para sustentar as despesas realizadas, consoante os requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo nº 2984/OC-BR.

Com base nos trabalhos de auditoria realizados conclui-se que UCP mantém controles e procedimentos contábeis, financeiros e gerenciais razoáveis para a implementação das atividades do PRODETUR/ SE em seus aspectos gerais.

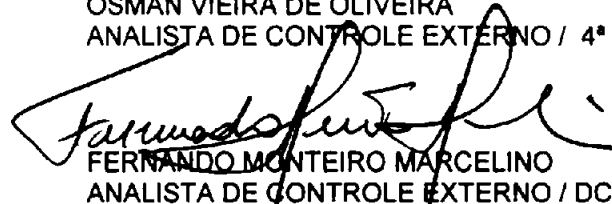
A comissão de Auditores independentes opina pelo parecer sem ressalvas. Recomendando um acompanhamento quadrimestral das ações do PRODETUR devido a relevância dos produtos a serem entregues e recursos aplicados

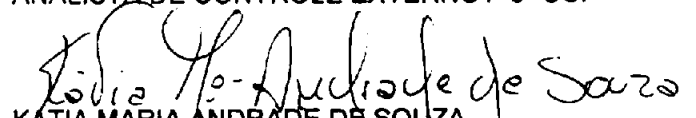
  
CASSIO ANDRADE DANTAS  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / DCEOS

  
ANSELMO COSTA SANTOS  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / DCEOS

  
OSMAN VIEIRA DE OLIVEIRA  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / 4ª CCI

  
GIDEL MATOS BRAZ  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / 3ª CCI

  
FERNANDO MONTEIRO MARCELINO  
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO / DCEOS

  
KATIA MARIA ANDRADE DE SOUZA  
ASSESSORA / 2ª CCI

Aracaju / 29 de Abril de 2016

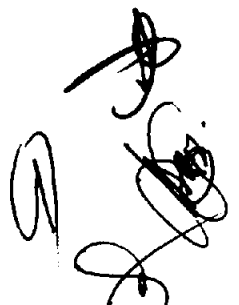
ANEXO I

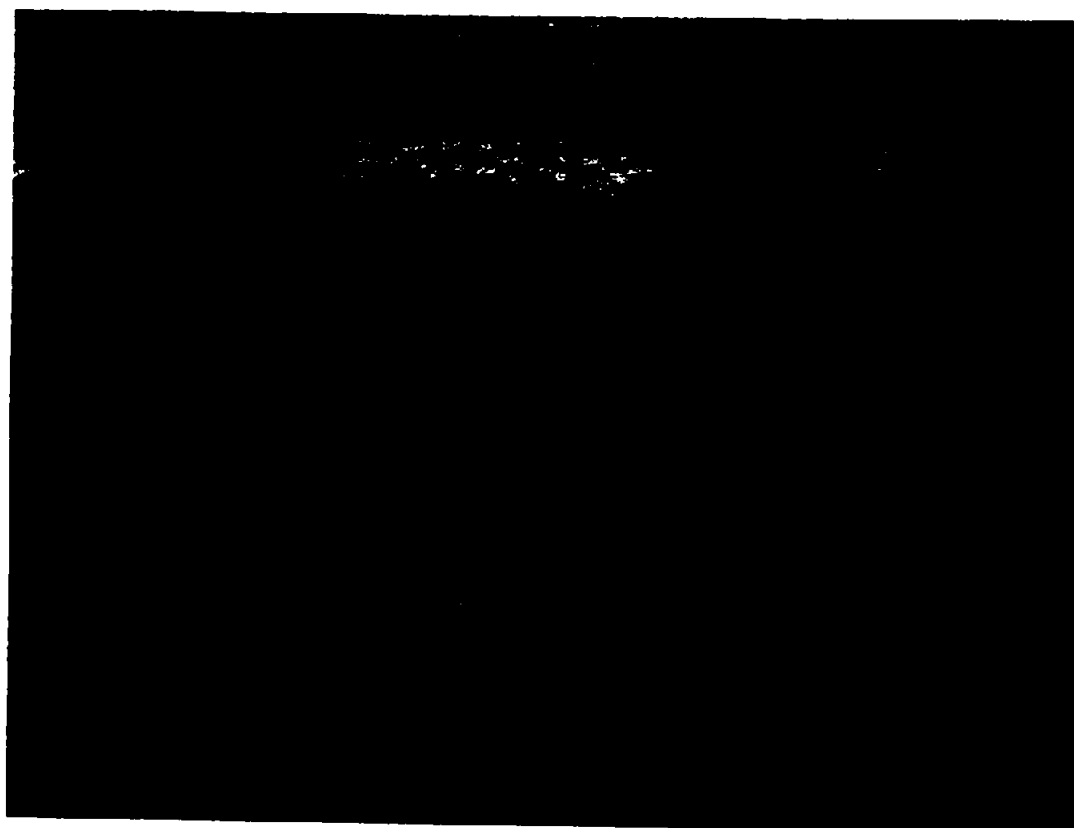
RELATÓRIO FOTOGRAFICO

OBRA – ORLA DE CANINDE DO SÃO FRANCISCO

COMPONENTE 5.8 + 1.12 DO PLANO DE AQUISIÇÕES


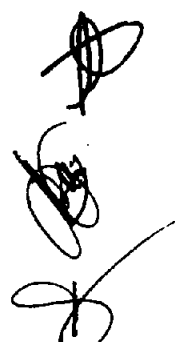
*Assinatura:*

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'L' or 'J' with a long vertical stroke extending downwards.A complex handwritten signature in black ink, featuring multiple overlapping loops and a large, stylized 'A' or 'G' shape on the left side.



Placa da Obra – Instalada

*Amel*  

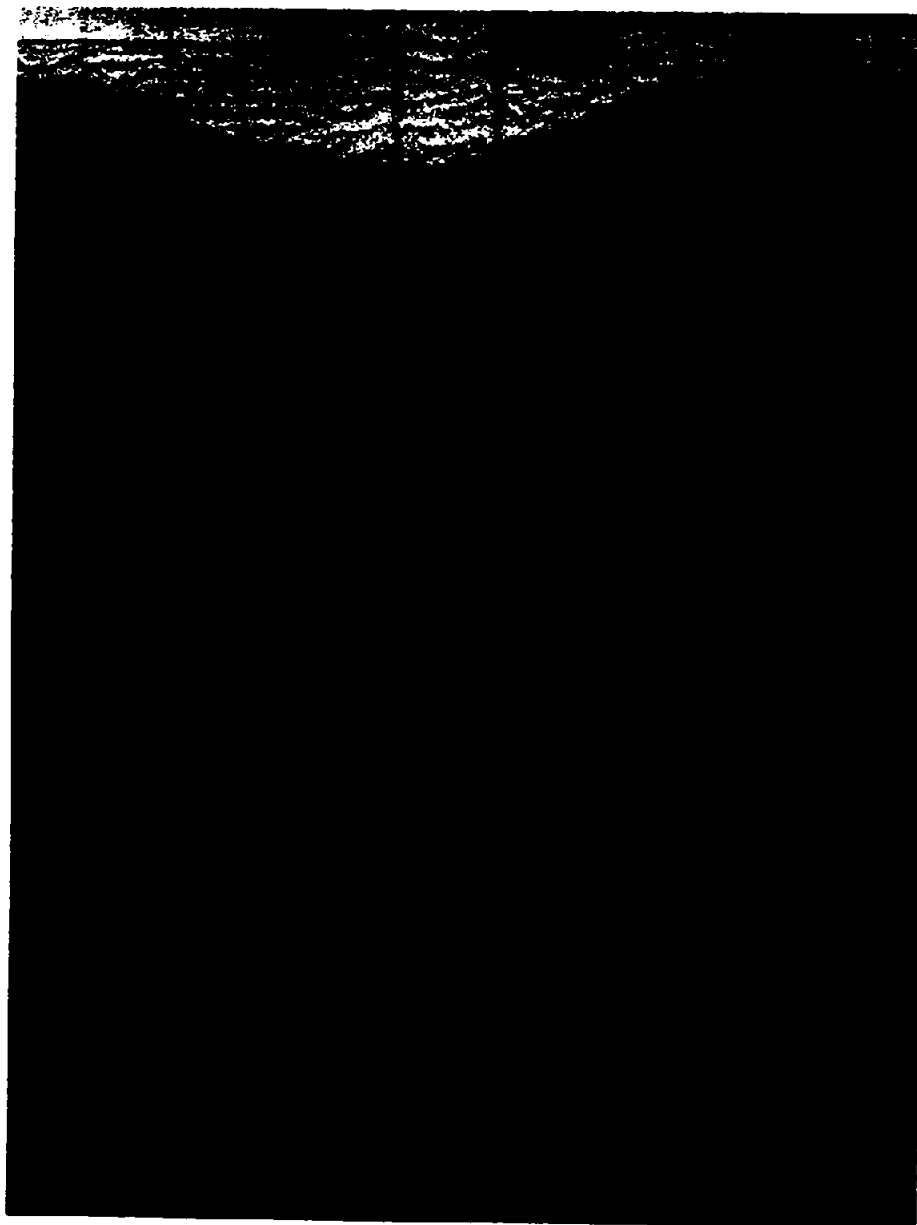


Localização Da Obra

*Deu:*

*[Handwritten signatures and marks]*





Execução de Pavimentação *Paula*.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures and initials]*



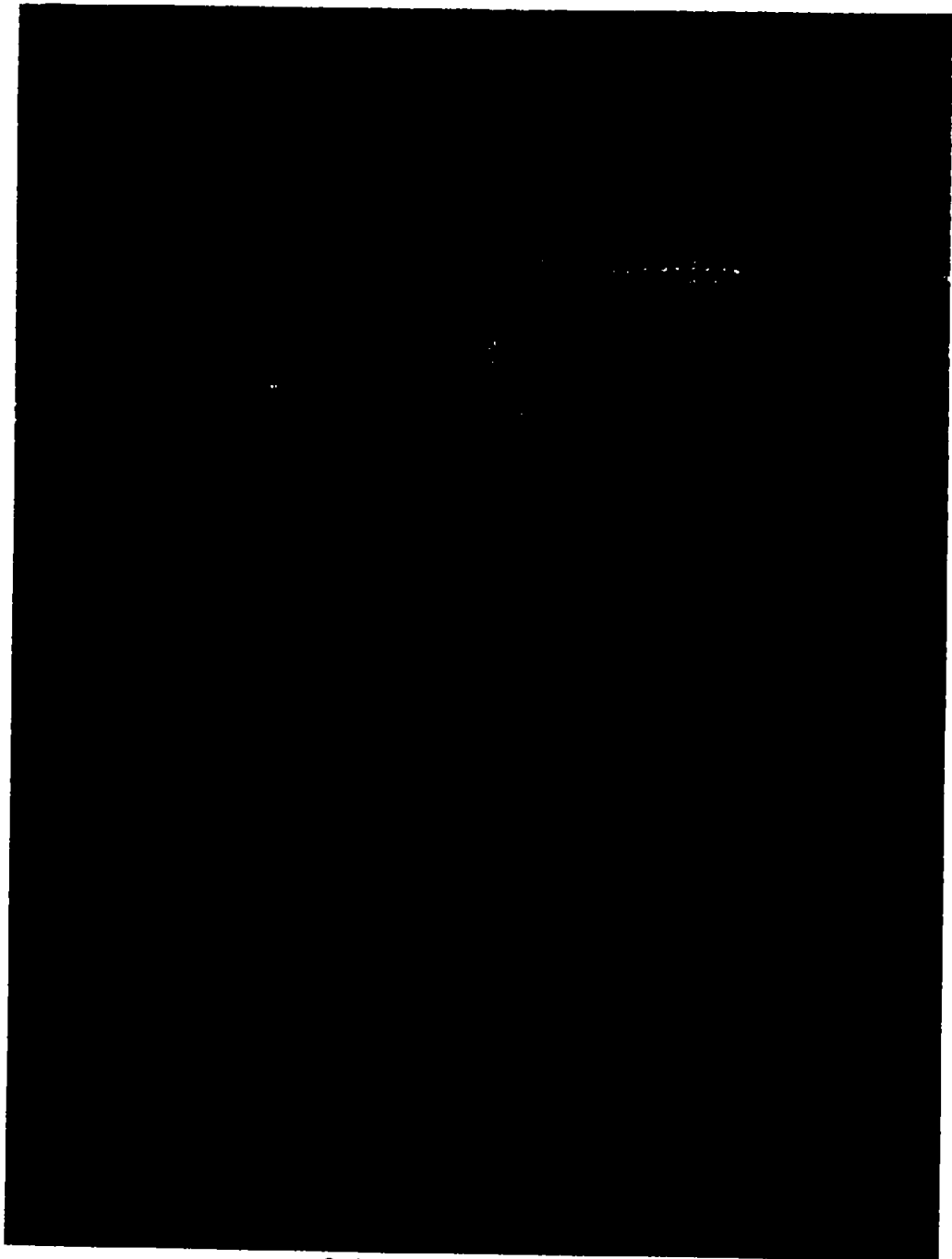
Muro de contenção



Detalhe- Assentamento

*Assentamento*

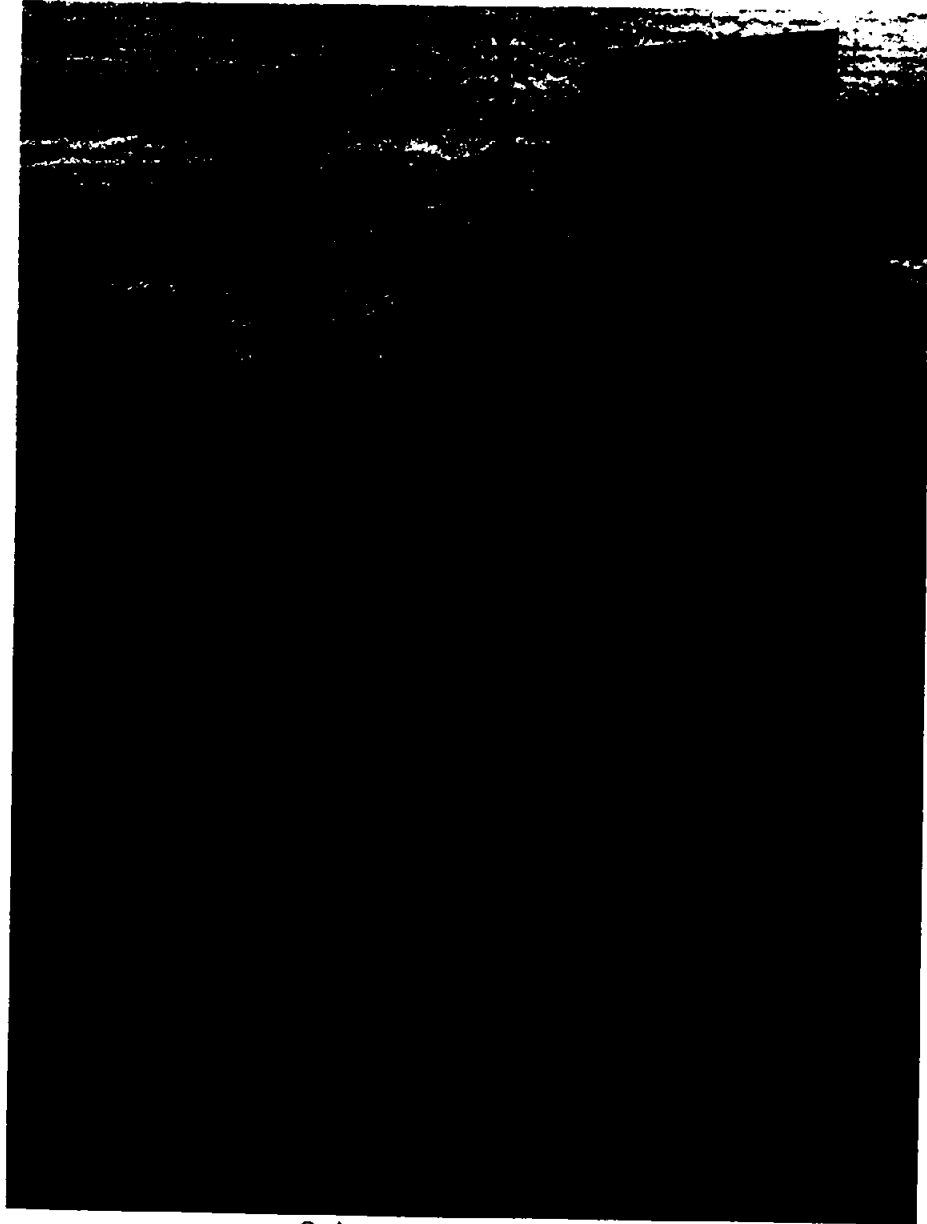
*[Handwritten signatures and initials]*



Quiosques e Restaurantes *ibm*

*[Signature]*

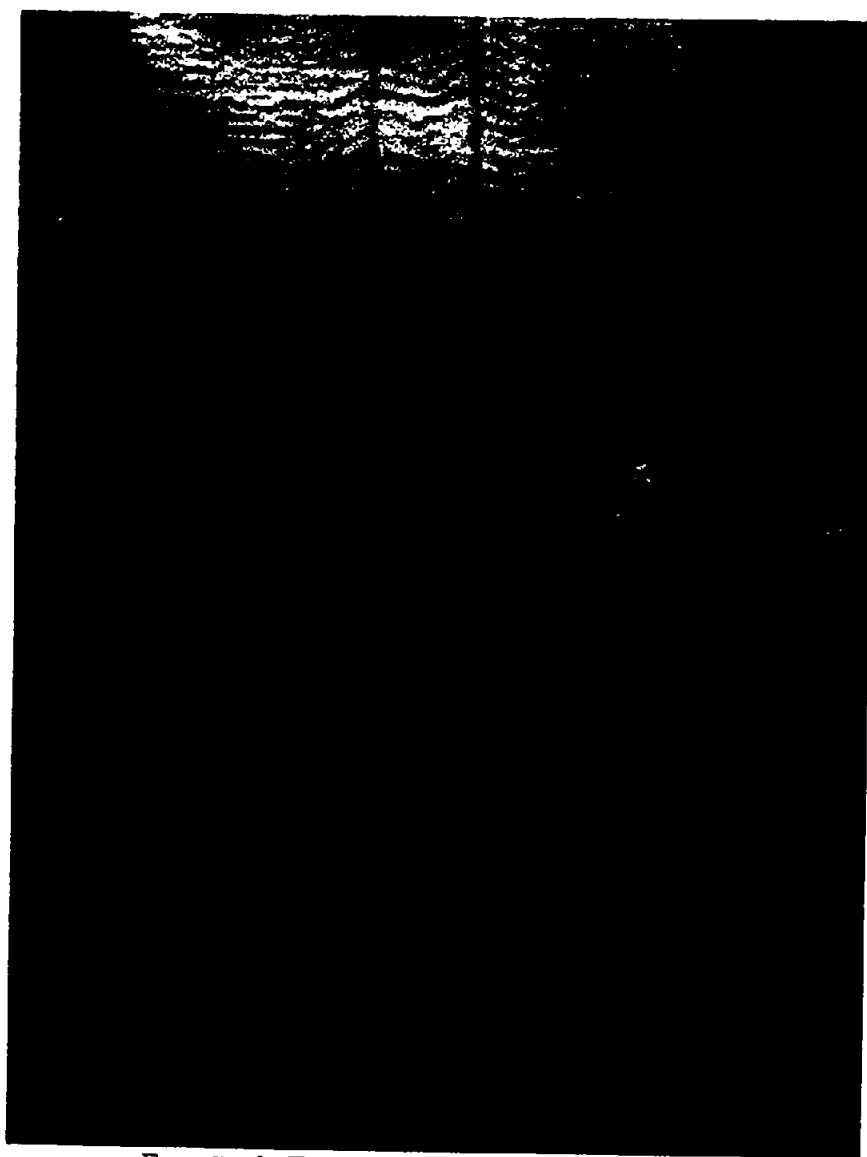
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*



Quiosques e Restaurantes *Primer...*

*[Handwritten signature]*

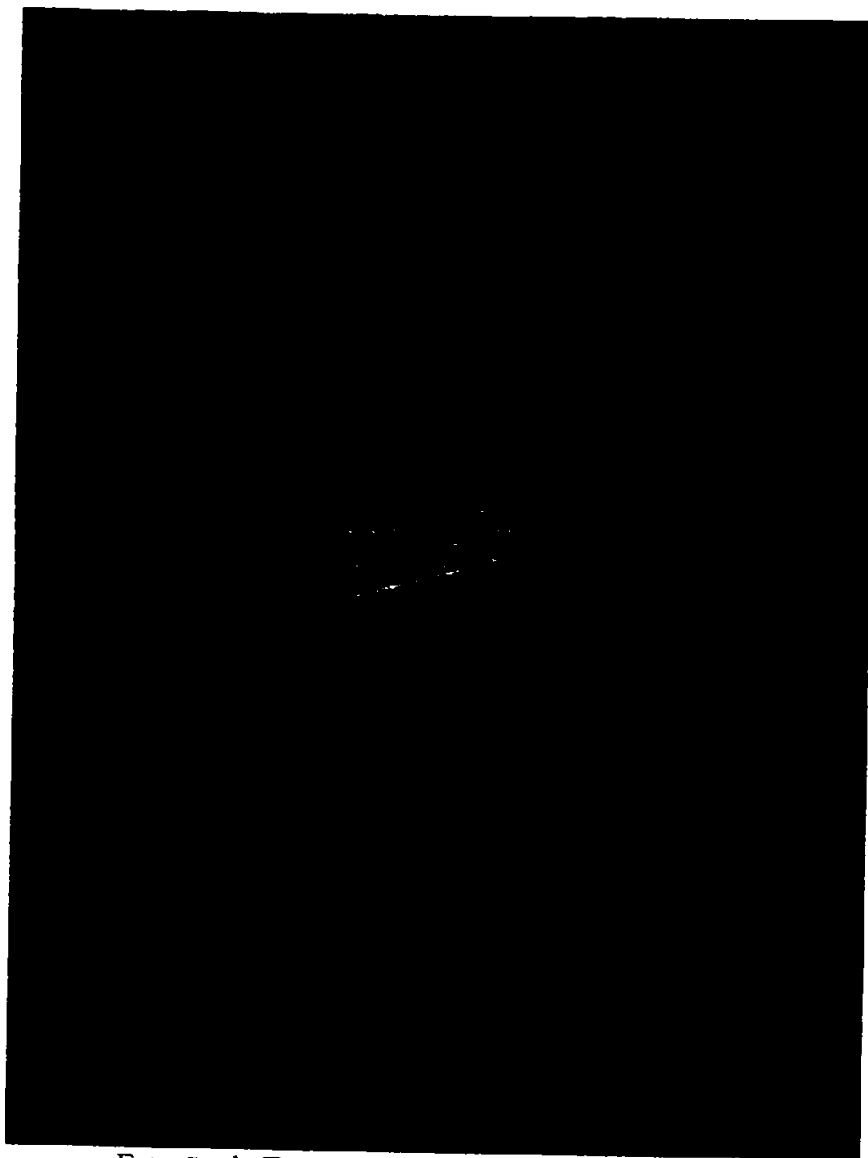
*[Handwritten signature]*



Estação de Tratamento de Esgotos – Digestor *Brum...*

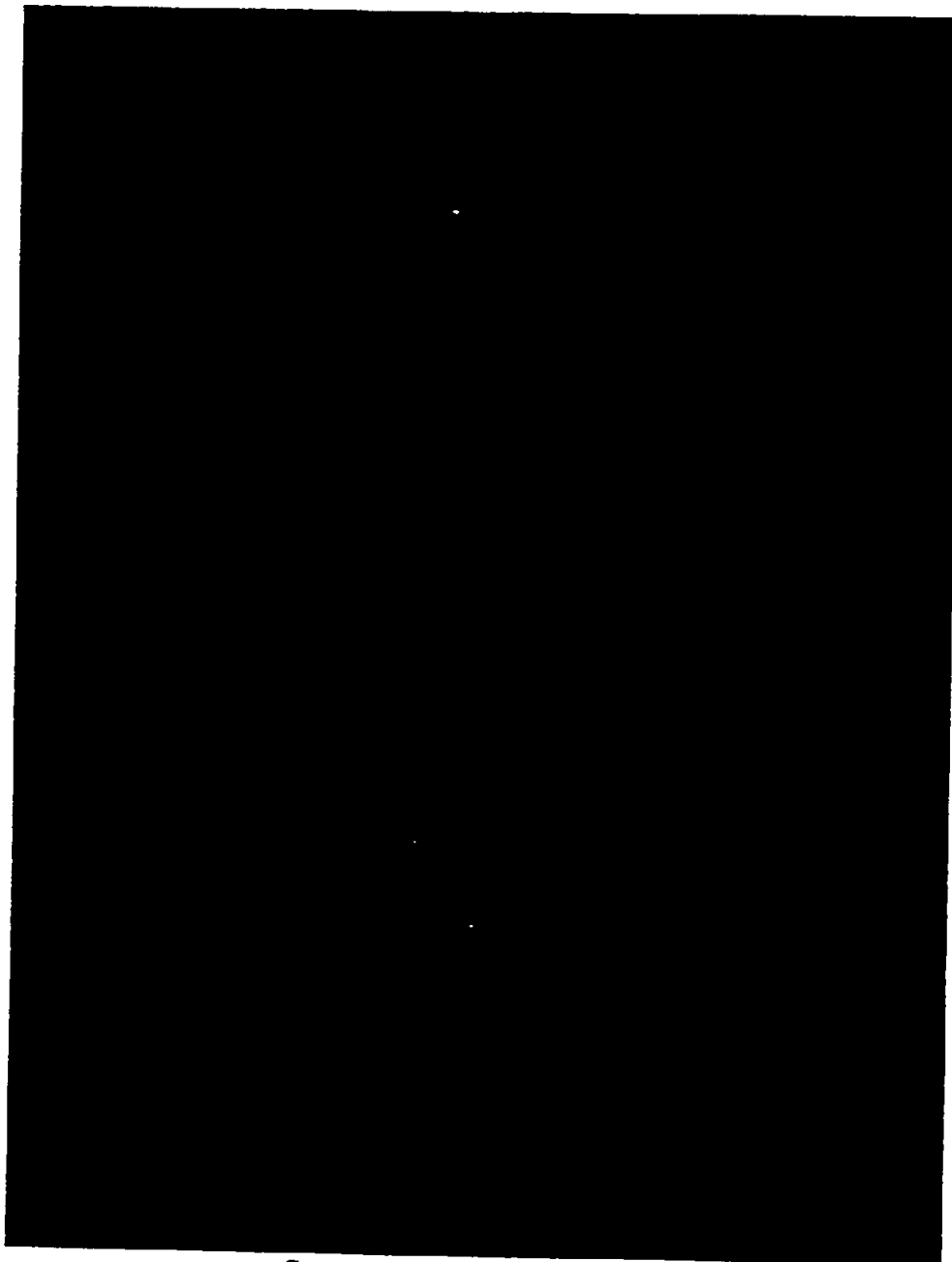
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures and initials]*



Estação de Tratamento de Esgotos – WETLAND *Unu.*

*Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.*



Comunidade em frente a Orla *Praca...*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*